



Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia social - PPGAS

Marla Elizabeth Almeida Reis

**“MULHERES QUE BOTAM BANCA”:
GÊNERO E VENDA DE COMIDA EM BAIROS POPULARES DE SANTARÉM/PA**

Manaus, 2018

Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia social - PPGAS

Marla Elizabeth Almeida Reis

**“MULHERES QUE BOTAM BANCA”:
GÊNERO E VENDA DE COMIDA EM BAIROS POPULARES DE SANTARÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Antropologia social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, na área de Ciências Humanas. O presente trabalho foi realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Wiggers

Manaus,
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social



Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Franceane Batista Corrêa de Lima, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Este documento é válido por 60 (sessenta dias) a partir desta data.

Manaus, 21 de fevereiro de 2018.

Profa. Dra. Raquel Wiggers

Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer

Franceane Batista Corrêa de Lima
Secretária

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375m	Reis, Marla Elizabeth Almeida "Mulheres que Botam Banca": : Gênero e Venda de Comida em Bairros Populares de Santarém/PA / Marla Elizabeth Almeida Reis . 2018 100 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Raquel Wiggers Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Botar banca. 2. Venda de comida. 3. Gênero. 4. Trabalho. 5. Santarém. I. Wiggers, Raquel. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por coisas que não podem ser expressas com palavras.

Agradeço o auxílio financeiro da CAPES cujo apoio foi imprescindível.

Sou extremamente grata à Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Antropologia Social, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de realizar o mestrado. Em especial, agradeço à minha orientadora, Raquel Wiggers, pelo incentivo e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Agradeço a todas as interlocutoras que compartilharam as suas histórias e tornaram esse trabalho possível.

Agradeço a minha mãe Nancy Almeida e ao meu marido Solon Godinho, meus maiores apoiadores. Sem vocês ao meu lado, esse trabalho não seria possível.

Agradeço também à minha avó Guiomar Almeida, minha irmã Thayanna Almeida e aos meus tios, Cecy e Edilson Merêncio, que foram os primeiros a incentivar o meu ingresso na Antropologia. Graças a esse apoio tive a coragem necessária para enfrentar os desafios que se apresentaram no decorrer dessa caminhada.

Agradeço imensamente a Márcia, Mércia, Martha, Marcela, Mário, José Maria, Nalva, Nelcy, Laura, Ivone, George, Antonia, Mônica, Jessele, Rebeca e aos demais tios, tias, primos e amigos, obrigada por me receberem nas suas casas, pelo apoio, amor e incentivo.

RESUMO

O termo “botar banca” é uma categoria que se refere ao ato de venda de comida, realizado por mulheres de bairros periféricos em Santarém/Pa, em cima de uma mesa, geralmente de madeira, localizada à frente ou no entorno da residência das vendedoras. Dentre as comidas presentes nas bancas estão: salgados, bolos, pudim, salada de fruta, churrasco, sucos, vatapá, tacacá e mungunzá. Juntamente com a venda de comida, as mulheres conjugam outras formas de trabalho, como, a venda de produtos de catálogos; venda de rifas de sorteios, venda de animais de pequeno porte, crochê, tricô, dentre outros. No presente trabalho buscou-se compreender, a partir da análise da trajetória das interlocutoras, quem são as mulheres que “botam banca”, como ocorreu o processo de transmissão dos saberes necessários ao desenvolvimento da atividade, quais foram os motivos que levaram elas a desenvolver esse trabalho e quais são as lógicas econômicas utilizadas na manutenção da atividade. A pesquisa que deu origem a esta dissertação ocorreu entre os anos de 2012 e 2018 na cidade de Santarém, localizada no oeste do estado do Pará, região Norte do Brasil. As técnicas de coleta de dados envolveram: trabalho de campo, observação sistemática direta, fotografia, diário de campo, aplicação de questionários, realização de entrevistas dirigidas e conversas informais com 22 mulheres que “botam banca” em Santarém, nos bairros Livramento, Interventoria, Santana e São José operário, localizados na área da Grande Prainha. Ao final da pesquisa observou-se que a transmissão do ofício ocorre na infância, quando as interlocutoras observam as suas mães na lida diária e ajudam com os trabalhos domésticos. Na vida adulta, após o nascimento dos filhos, quando se torna difícil conciliar o trabalho fora de baixa remuneração e o cuidado da casa, essas mulheres passam a trabalhar nas suas residências e acionam esses conhecimentos como forma de obter um rendimento que é essencial para a autonomia do grupo doméstico. A atividade econômica envolve todas as áreas da vida social das mulheres que a praticam, assim, deslocando o foco das questões puramente econômicas surgem reflexões sobre gênero, trabalho e sociabilidade.

Palavras-Chave: “Botar banca”, venda de comida, gênero, sociabilidade, Santarém/Pa

RESUME

The term “botar banca” is a category that refers to the act of selling food, carried out by women from peripheral neighborhoods in Santarém/Pa, on top of a table, usually made of wood, located in front of or around the sellers' homes. . Among the foods on the stands are: snacks, cakes, pudding, fruit salad, barbecue, juices, vatapá, tacacá and mungunzá. Along with selling food, women combine other forms of work, such as selling products from catalogues; sale of raffle raffles, sale of small animals, crochet, knitting, among others. In the present work, we sought to understand, based on the analysis of the interlocutors' trajectory, who are the women who "put banking", how the process of transmission of the necessary knowledge for the development of the activity took place, what were the reasons that led them to develop this work and what are the economic logics used in the maintenance of the activity. The research that gave rise to this dissertation took place between 2012 and 2018 in the city of Santarém, located in the west of the state of Pará, in the northern region of Brazil. The data collection techniques involved: fieldwork, direct systematic observation, photography, field diary, application of questionnaires, conducting targeted interviews and informal conversations with 22 women who “put a stand” in Santarém, in the neighborhoods Livramento, Interventoria, Santana and São José Trabalhador, located in the Grande Prainha area. At the end of the research, it was observed that the transmission of the craft occurs in childhood, when the interlocutors observe their mothers in their daily work and help with the housework. In adulthood, after the birth of children, when it becomes difficult to reconcile low-paying work and housework, these women start to work in their homes and use this knowledge as a way of obtaining an income that is essential for the domestic group autonomy. Economic activity involves all areas of the social life of women who practice it, thus, shifting the focus from purely economic issues, reflections on gender, work and sociability arise.

Keywords: “Botar banca”, food sales, gender, sociability, Santarém/Pa

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Região de Santarém/Pa	10
Figura 02 – Incidência de Bancas no bairro Livramento, Santarém/Pa	14
Figura 03 - Tacacá	21
Figura 04 - Vatapá	24
Figura 05 – Mungunzá	25
Figura 06 – Churrasquinho	28
Figura 07 - Locais de conservação dos alimentos frios	30
Figura 08 - O local da banca	33
Figura 09 - As rodas de conversa	34
Figura 10 - As toalhas da banca	39
Figura 11 - Movimento de ida e volta das sobras	58
Figura 12 - Racionalidade Econômica de Joana	60
Figura 13 - Racionalidade Econômica de Joana II	60
Figura 14 - Caderno de anotações da entrevistada	61
Figura 15 - Homens e a produção de coroas funerárias	89

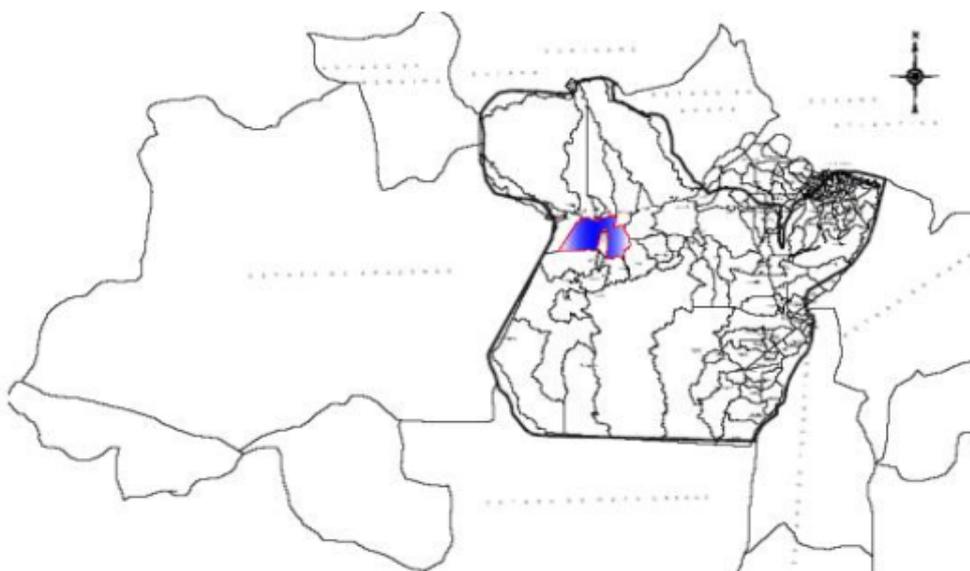
SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 01	19
1.1 As Comidas da Banca	19
1.2 O Local da Banca	31
1.3 As Rodas de Conversa	34
1.4 Rotinas e Concorrência	37
1.5 Os Tecidos e as Cores da Banca	39
Capítulo 02	44
2.1 Maria, Dilânia e Laurinda	44
2.2 Mulheres que “botam banca”	48
2.3 Trabalho Remunerado e Cuidado com os Filhos	51
2.4 O Duplo Sentido do “Botar Banca”	54
2.5 “Um Dinheirinho a mais”: Lógicas Econômicas	56
2.6 Trabalho e Ajuda	62
Capítulo 03:	66
3.1 Gênero e Violência	66
3.2 Alice, Antônia e Susana	72
3.3 Mulheres e a Venda de Comida no Brasil Colonial	84
3.4 Trabalho e Moralidade	87
Considerações Finais	95
Referências Bibliográficas	97

1. Introdução

A cidade de Santarém está situada ao norte do Brasil, no Oeste do Pará, Mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém, na margem direita do rio Tapajós na sua confluência com o rio Amazonas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população estimada era de 294.774 pessoas, 145.651 homens e 194.123 mulheres, sendo que 215.947 habitavam em área urbana e 78.827 habitavam em área rural.

Figura 01 -Região de Santarém/Pa



Fonte: Prefeitura de Santarém, SEMPLAN CIAM, 2010

Segundo o Plano Diretor n 18.051 de 2006, a zona urbana da cidade possui 48 bairros, divididos em cinco distritos, e estes são: Distrito da Grande área da Prainha; Grande Área da aldeia; Grande área do Maicá; Grande área da Nova República; Grande área do Santarenzinho.

Já a zona rural possui oito distritos: distrito do Lago Grande do Curuai, distrito do Rio Arapiuns, distrito do Rio Tapajós, distrito do Rio Amazonas, distrito do Eixo Forte, distrito do Rio Mojuí e distrito do Rio Curuá-Uma. São 472 comunidades rurais

distribuídas ao longo desses distritos, das quais 260 localizam-se nas regiões dos rios e várzeas, e 212 estão na zona do planalto¹.

Existe um centro comercial em Santarém, localizado próximo à orla da cidade. A área é composta pelos bairros: Centro, Aldeia e uma parcela do bairro Fátima, estes privilegiam a venda de roupas e acessórios, móveis, utensílios de casa, eletrônicos, além de possuir considerável número de restaurantes e lanchonetes. Segundo Neves (2014, p.256), o centro da cidade, mais especificamente a rua Tapajós, localizada na orla da cidade, "é praticamente destinado a sediar o território das atividades comerciais, tanto para a população local, quanto para aquelas que se deslocam de outros municípios para Santarém".

Apesar de no centro comercial haver um aglomerado de lojas, também é possível observar uma dispersão de "unidades de venda especializadas" em outros bairros da cidade (NEVES, 2014, p. 256). Tanto o centro comercial quanto os shoppings da cidade de Santarém são relativamente distantes dos bairros que compõem a área da grande prainha, e outros distritos que compõem a área periférica de Santarém. Tal distância revela a importância do setor informal na vida local.

A economia do Município de Santarém é baseada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento e no setor agropecuário. O setor agropecuário tem destaque dentro da economia local, e abrange as atividades de pesca, pecuária de corte e leiteira, agricultura, avicultura, extrativismo etc. (SEMPLAN CIAM, 2010). A agricultura mecanizada privilegia a produção de arroz, milho e soja, tal processo tem provocado efeitos negativos para a população e o meio ambiente.

A agricultura familiar possui grande relevância para a região, uma vez que é responsável pelo abastecimento de parte considerável dos produtos que chegam à mesa dos consumidores. As principais culturas cultivadas na região são verduras e legumes, milho, mandioca, arroz, feijão, banana, cacau, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra de curauá, pimenta-do-reino, tomate, tangerina, urucu, polpas de frutas, produção de açaí e castanha do Pará.

O setor de indústrias em Santarém é de pequeno porte, e realiza o beneficiamento de produtos primários e extrativistas, como madeira, látex, arroz,

¹ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santarém, Secretaria Municipal de Meio Ambiente Centro Municipal de Informações Ambientais – CIAM. Disponíveis no site oficial da prefeitura de Santarém: <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=112&fa=62> data de acesso: 05/05/2017

castanha, casas de farinha, beneficiamento do pescado e de produtos agrícolas, fábricas de gelo, sabão dentre outros.

O setor de comércio e serviços possui grande rotatividade. De acordo com a SEMPLAN CIAM (2010), às atividades comerciais de Santarém, atuam de duas formas: trazendo produtos de outras regiões e vendendo estes na cidade; ou através da circulação de produtos locais. A cidade se constitui como um polo que abastece os interiores e cidades vizinhas, com comida, sistema de saúde e educação.²

Existe um centro comercial em Santarém, localizado próximo à orla da cidade. A área é composta pelos bairros: Centro, Aldeia e uma parcela do bairro Fátima, estes privilegiam a venda de roupas e acessórios, móveis, utensílios de casa, eletrônicos, além de possuir considerável número de restaurantes e lanchonetes. Segundo Neves (2014, p.256), o centro da cidade, mais especificamente a rua Tapajós, localizada na orla da cidade, "é praticamente destinado a sediar o território das atividades comerciais, tanto para a população local, quanto para aquelas que se deslocam de outros municípios para Santarém".

Apesar de no centro comercial haver um aglomerado de lojas, também é possível observar uma dispersão de "unidades de venda especializadas" em outros bairros da cidade (NEVES, 2014, p. 256). Tanto o centro comercial quanto os shoppings da cidade de Santarém são relativamente distantes dos bairros que compõem a área da grande prainha, e outros distritos que compõem a área periférica de Santarém. Tal distância revela a importância do setor informal na vida local.

Segundo JAKOBSEN *et al.* (2000, p.13) o termo "setor informal" foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e empregado pela primeira vez em relatórios sobre Gana e Quênia, em 1972. Dentre as conclusões alcançadas nestes relatórios, demonstrou-se que o maior problema social naqueles países não era o desemprego, mas sim a existência de um contingente de trabalhadores com baixa remuneração pela sua atividade e que não tinham os seus direitos de trabalhadores protegidos ou regulamentados pelas autoridades públicas.

As características do setor informal mudam de acordo com os níveis de desenvolvimento e as estruturas econômicas. A ausência de registro da atividade não

² Por conta disso, e da distância da região com relação à capital Belém, em 2011 houve uma tentativa de separar o Oeste do Pará culminando na criação de um novo Estado denominado "Tapajós" em homenagem ao rio que banha a cidade. Foi realizado um plebiscito, mas a decisão final foi de manter unido os municípios que compõem o Estado do Pará.

serve como um critério para definir se a atividade é informal, pois para ser caracterizada desta forma é considerado o modo de organização e funcionamento da unidade econômica, sendo assim o registro serve apenas para propósitos analíticos.

Com base nas sugestões da OIT, em 1993, considerou-se que “para delimitar o âmbito setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida” (JACOBET *et al.*, 2000). Segundo o mesmo autor, para ser considerado economia informal é necessário que haja: “Produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”.

De acordo com o IBGE, em 2003 no Brasil existiam 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, dentre esses estavam incluídos trabalhadores autônomos, “pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados”.

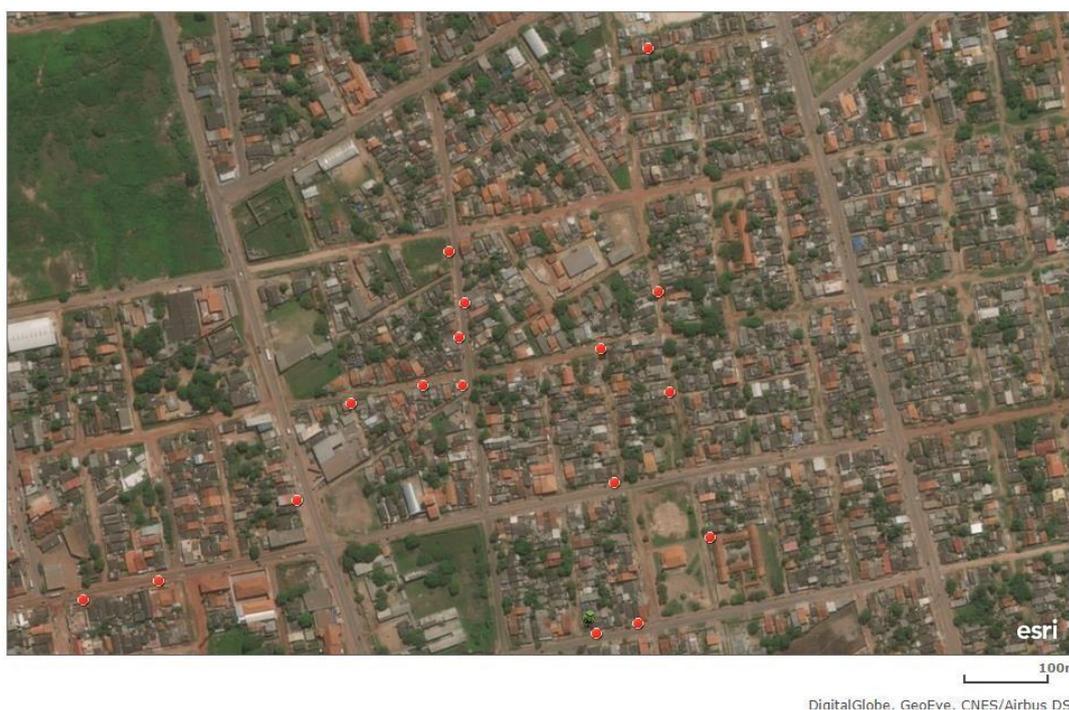
Os pequenos comércios ou tabernas, como ainda são chamados, movimentam a economia dentro dos bairros periféricos, assim como pequenas praças que reúnem ao seu entorno lanchonetes, carrinhos de pipoca e doces, vendedores de picolé etc. As pessoas que moram próximo a esses locais aproveitam para desenvolver atividades como pequenos armazéns, lojas de roupa novas ou usadas, que funcionam nas casas. Toda essa gama de serviços e vendas ocorrem intensamente nos bairros periféricos e embora isso aconteça, o setor informal não constitui como um concorrente aos grandes restaurantes, lojas etc.

A população economicamente ativa na cidade é de 101.663 pessoas, sendo que 37.464 são mulheres, e dentre essas, 12.121 são pertencentes ao setor informal. A atuação feminina no setor informal é bem expressiva, de modo que esse fenômeno se torna visível devido aos diversos pontos comerciais alocados em residências, seja em um cômodo da casa, reservado para a atividade ou ao entorno da casa.

Dentre as atividades que funcionam na cidade, dentro das residências destacam-se: serviços de cabeleireiras, manicures, costureiras, pequenas tabernas e venda de artesanatos. Encontra-se também tipos de venda de alimentos como pequenas lanchonetes, vendedores ambulantes, delivery de comida, encomenda de doces e salgados, e bancas de comida. Apesar de as várias modalidades de venda de comida e prestação de serviços desenvolvidos por mulheres em Santarém, neste trabalho tomarei como objeto central de análise as mulheres que “botam banca”.

As bancas de comida estão por toda a cidade de Santarém, em várias situações observei uma banca em frente a outra, ou várias na mesma rua. Apesar disso, geralmente, não havia conflitos entre as vendedoras, pois os alimentos vendidos eram variados ou as bancas abriam em dias ou horários diferentes. Como forma de demonstrar ao leitor a enorme quantidade de mulheres que desenvolvem essa atividade econômica em Santarém, realizei um mapeamento restrito ao bairro Livramento, localizado na Grande área da Prainha em Santarém/Pa, todos os pontos marcados em vermelho representam uma banca, conforme pode ser observado no mapa abaixo:

Figura 02: Incidência de bancas no bairro Livramento, Santarém/Pa



Fonte: Autora, 2017. Realizado pelo site <http://www.arcgis.com/>

Os 17 pontos em vermelho representam o local das bancas encontradas no bairro Livramento. Ao realizar o mapeamento não tive por objetivo sinalizar todas as bancas de comida da Grande área da Prainha, mas pretendia informar ao leitor que se trata de uma atividade econômica expressiva na cidade de Santarém. Embora seja presente nos bairros populares e em áreas centrais, provavelmente não mantenha as características nos centros turísticos e comerciais, por conta da

dinâmica desses locais onde o tempo é mais “corrido” e as relações são menos interpessoais do que nos bairros periféricos de caráter residencial tanto da vendedora quando dos clientes.

O momento de mapeamento das bancas foi uma das etapas mais difíceis da realização da pesquisa, pois, as bancas “abrem” em dias e horários diferentes, segundo a demanda das vendedoras. Dessa forma ao caminhar pelas ruas observei apenas uma banca, no dia seguinte percebi que aquela não estava montada e notei a presença outras bancas na mesma rua. O mesmo ocorria com os horários, algumas bancas abriam mais cedo, por volta das 15h:30 enquanto outras só abriam ao anoitecer por volta das 19 horas. Essa flexibilidade, característica do “botar banca”, acabou por dificultar um levantamento maior e mais completo acerca das bancas situadas nos bairros que me propus a observar: Livramento, Interventoria, Santana e São José Operário.

O termo “botar banca” é uma categoria local que se caracteriza por: 1) ser uma atividade econômica de característica informal, desenvolvida por mulheres que vendem comida; 2) a venda de comida ocorre em cima de mesas de madeira, colocadas na calçada, próximo a residência das vendedoras; 3) haver variedade de comidas, e não lhe é outorgado a especialização de um prato como, por exemplo, ocorre com as tacacazeira ou vendedoras de acarajé; 4) em geral, além da venda da comida a mulher desenvolve outras atividades econômicas juntamente com o “botar banca” como: venda de produtos por catálogos, venda de rifas de sorteios, venda de animais de pequeno porte, crochê, tricô, etc.

Dentre as comidas presentes nas bancas estão: salgados, bolos, pudim, salada de fruta, churrasco, sucos, vatapá, tacacá e mungunzá. As mulheres decidem quais comidas serão vendidas e quais os dias e horários de funcionamento, mas em geral as bancas são vistas pela cidade no período da tarde, a partir das 15 horas e algumas permanecem abertas até as 22 horas, a depender da clientela.

O presente trabalho procurou compreender, a partir da análise da trajetória das interlocutoras, quem são as mulheres que “botam banca”, como ocorreu o processo de transmissão dos saberes necessários ao desenvolvimento da atividade, quais foram os motivos que levaram elas a desenvolver esse trabalho e quais são as lógicas econômicas utilizadas na manutenção da atividade.

A pesquisa que originou esta dissertação ocorreu entre os anos de 2012 a 2018 na cidade de Santarém. Teve início com a minha inserção, enquanto aluna de

iniciação científica, no grupo de pesquisa “Condições de vida de mulheres em bairros populares de Santarém: construção social de conjugalidades e trajetórias”, vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará.

Para a obtenção de dados foi realizado um trabalho de campo, observação participante, entrevistas abertas e conversas informais com 22 mulheres que “botam banca” em Santarém, nos bairros Livramento, Interventoria, Santana e São José operário, localizados na área da Grande Prainha³. Também foram ouvidos clientes, filhos, cônjuges e vizinhos de algumas das mulheres que “botam banca” a fim de compreender as relações intrafamiliares decorrentes da atividade, como ocorre a divisão de tarefas, como o dinheiro adquirido é investido, qual é a participação do homem no “botar banca”, se ocorrem transformações decorrentes do “poder de consumo” da mulher dentro da família etc.

Das 22 mulheres entrevistadas, (8) oito são provenientes dos arredores de Santarém, isto é, de bairros que antes eram considerados áreas rurais e aos poucos foram incorporados pela cidade; 10 migraram de cidades do interior do município para Santarém; e (4) quatro migraram do interior de outros Estados, sendo estes o Ceará e o Rio Grande do Sul. Grande parte das mulheres iniciaram a atividade de “botar banca” quando os seus filhos ainda eram pequenos, por conta disso havia dificuldade em conciliar um trabalho remunerado com o cuidado das crianças.

A faixa etária das interlocutoras varia entre 40 e 60 anos, sendo que destas, 13 possuem relação conjugal, (4) quatro são viúvas, (1) uma é divorciada, e (2) duas são solteiras. Observou-se que apenas duas interlocutoras não possuem filhos, enquanto as demais possuem em média de 3 filhos. Os dados também revelam que 87% das entrevistadas nunca trabalharam com carteira de trabalho assinada.

É importante ressaltar que, apesar dessas mulheres viverem e praticarem o ofício de venda de comida na cidade, grande parte delas são provenientes de áreas rurais, e embora estejam na cidade, ainda mantêm características camponesas em algumas relações, por conta disso, utilizo literatura de campesinato em diversos momentos da análise pois foi esta perspectiva que melhor representou as situações observadas em campo.

As entrevistas continham questões acerca da idade, local de origem, estado civil, quantidade e idade dos filhos, escolaridade da família e se já haviam

³ Apesar de privilegiar tais locais, a atividade econômica de “botar banca” ocorre em todos os bairros da cidade.

desenvolvido trabalhos com carteira assinada, como as mulheres aprenderam a cozinhar, toda a sua trajetória de trabalho até o “botar banca”, a trajetória social e organização da família, como o dinheiro era utilizado, como as mulheres colocavam preço no seu produto etc.

Após a realização das entrevistas, todas as 22 foram transcritas. Em seguida, realizei a fragmentação de cada uma das entrevistas por eixos temáticos como: Origem social, Percurso Social, Percurso de Trabalho, Constituição da Atividade econômica, concorrentes, dentre outros. De acordo com Duarte (2004) fragmentar as entrevistas e reorganizá-las em eixos temáticos é uma maneira eficiente de análise, pois permite ao pesquisador iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada unidade temática. Isso facilita também o contraste entre as respostas das entrevistadas, o que é eficaz para revelar os perfis e padrões de comportamento.

Durante o trabalho de campo também foi realizado registro fotográfico. Em etnografias clássicas, como a de Malinowski ou Evans Pritchard, existem fotografias, o que não significa que os antropólogos do tempo pensassem nas imagens como parte essencial da etnografia. Por isso é recorrente a crítica de que, nas etnografias clássicas, as fotografias não eram articuladas aos textos e “lidas” como dado a ser analisado, mas serviam apenas para ilustrar a vida local, ou até como um registro, quase como uma prova de que o pesquisador esteve em campo e, por isso, detém a autoridade etnográfica acerca do tema.

Pensando em tais questões, durante o trabalho de campo que originou a escrita dessa dissertação, foram coletadas diversas imagens. Ao fazer isso não possuía a intenção de colocá-las no texto, mas utilizá-las para fazer uma análise posterior, observando os detalhes que pudessem ter passado despercebidos. E foi dessa forma que percebi detalhes como os padrões em cores e texturas das toalhas de mesas, tecidos secundários como os panos de prato, descanso de panela, as vasilhas ou mesmo a distribuição das comidas em cima da banca. Assim, na escrita etnográfica procurei inserir imagens que pudessem proporcionar um exercício analítico ao leitor.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo tem o objetivo de caracterizar a atividade econômica, nele faço uma descrição das comidas que são vendidas na banca e priorizo a narração das interlocutoras para mostrar as formas de reparo, a rotina de trabalho, as lógicas econômicas, como tais mulheres

lidam com a concorrência, o local onde as bancas são colocadas e as rodas de conversa que são formas ao entorno das bancas.

No segundo capítulo procuro compreender, a partir da análise da trajetória das interlocutoras, quem são as mulheres que “botam banca”, como ocorreu o processo de transmissão dos saberes necessários ao desenvolvimento da atividade, quais foram os motivos que levaram elas a desenvolver esse trabalho e quais são as lógicas econômicas utilizadas na manutenção da atividade, bem como as relações de trabalho e ajuda desenvolvidas pelos membros da família, necessárias para o sustento familiar. No capítulo também desenvolvo o duplo sentido de “botar banca”, que remete ao ofício de venda de comida, mas fala também sobre como as interlocutoras se impõem nas relações sociais.

O Terceiro capítulo é focado nas trajetórias das interlocutoras Alice, Antônia, Suzana, bem como as suas vivências no mundo do trabalho fortemente marcadas por situações de violência. No capítulo observo retrospectivamente a relação das mulheres de camadas populares no mundo do trabalho no período colonial, industrial e recente da história brasileira.

CAPÍTULO 01

O “Botar Banca”

O “ato de comer” e de “preparar alimentos” é impregnado com sentidos pessoais, sociais, econômicos e psicológicos⁴. De acordo com Montanari (2008, p.15) as comidas que compõem a base alimentar são “resultados e representações de processos culturais que preveem a domesticação, a transformação e a reinterpretação da natureza”. Assim, a preparação do alimento envolve conhecimentos e técnicas específicas que são adquiridas ao longo da vida. De acordo com esse autor:

“Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste” (MONTANARI, 2008, p.16).

Certeau *et al.* (1996) menciona em seu livro “A invenção do cotidiano” que os hábitos alimentares se constituem no silêncio das cozinhas, e aos poucos tomam a forma de pratos tradicionais que “*sempre foram feitos assim*”, porém, em outros locais, percebe-se que lá “*faz-se de outro modo*”. Assim, a classificação dos alimentos em comestíveis, não comestíveis, repugnante ou delicioso, os horários em que as pessoas se alimentam, os status dos comensais, o estilo alimentar e os talheres, são socialmente construídas e falam muito sobre modos de vida, estratificação social, tabus e crenças.

O “botar banca” envolve todo o processo de compra, preparação e venda dos alimentos, que como vimos, trata-se de escolhas orientadas pela cultura, assim como a organização do espaço onde a comida será vendida, quais panos são usados na cozinha, como ocorre o cálculo de custo e preço final por essas mulheres. Portanto, neste capítulo tenho o objetivo de apresentar as escolhas realizadas pelas mulheres que “botam banca” em bairros periféricos de Santarém, tais como as comidas vendidas, os tecidos, as lógicas econômicas dentre outros.

⁴ Ver Da Matta (1989), Certeau *et al.* (1996), Fischler (1990), Corbeau (1995), Poulain, (1998; 2001) e Montanari (2008)

1.1 As Comidas da Banca

As populações que habitavam o Brasil antes do contato com os europeus domesticaram diversas espécies de plantas que serviram, e ainda servem, como base alimentar. Além disso, durante o processo de colonização do Brasil houve intensos intercâmbios entre as populações locais, povos africanos e europeus. Tal processo histórico influenciou o sistema culinário brasileiro, de modo que a alimentação hoje possui elementos característicos desses grupos. De acordo com Miranda (2003, p.70):

“No Brasil, os índios com alimentação à base de farinha de mandioca, peixes, caças, mostram uma culinária ecológica. Na costa, África, impera o dendê juntamente com inhames, bananas, pimentas, feijões entre outras delícias, como quiabos e camarões. Como se o Brasil fosse um enorme caldeirão, convivem e misturam-se diferentes e saborosas contribuições gastronômicas” (MIRANDA, 2003, p.70).

Os europeus, por sua vez, introduziram especiarias adquiridas em lugares distantes do mundo, por meio das grandes navegações. Dessa forma, a Índia, a Indonésia, a China e outros países também influenciaram a culinária brasileira. Assim, pode-se pensar na formação da culinária local como sendo heterogênea e resultante de múltiplos contatos.

A região Norte do Brasil é conhecida internacionalmente por suas comidas típicas. As transformações históricas e culturais locais refletiram-se diretamente nos hábitos alimentares da população local e se refletem nos tecidos, nas músicas, danças, formas de comer e socializar. Dessa forma, falar de comida é falar de cultura.

Tacacá

O Tacacá é um caldo feito com molho de tucupi, goma de mandioca⁵, folhas de jambú⁶ pré-cozido e camarões secos dessalgados e cozidos. O prato possui cor amarelada e é montado na hora, servido quente, geralmente apimentado e em cuias. Luciana Carvalho (2007:70) ao falar sobre a região de Santarém afirma que as cuias são “feitas do fruto de uma árvore conhecida como cuieira (*Crescentia cujete*), tingidas

⁵ Substância transparente extraída da mandioca

⁶ O jambu é uma planta ramosa, rasteira, picante e com flores amareladas. (Dorneles, D.; Chaves, C., 2002:279)

com pigmentos naturais e decoradas com motivos gráficos, são bastante tradicionais na região”. Utilizam-se palitos para pegar o jambu e os camarões.

Figura 03 - Tacacá



Na primeira imagem acima pode-se ver a goma, na segunda o tucupi, na terceira as folhas de jambu cozidas e por fim o Tacacá pronto servido na cuia. **Fonte:** Autora.

O dossiê do tacacá, realizado pelo IPHAN (2018:7), afirma que essa iguaria é “a um só tempo líquido e sólido, que não é comido nem bebido, mas tomado numa cuia que, por sua vez, não é prato nem tigela”. Segundo o mesmo autor, o tacacá é um prato antigo, consumido em diversas regiões da Amazônia brasileira pelas populações locais desde o século 18, sendo citado por viajantes como o Padre João Daniel (1741-1757) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815).

Esse alimento, assim como outras comidas regionais, ganha força em festejos religiosos e datas comemorativas. Em Santarém, é comum ouvir a expressão “a hora do tacacá”, que, segundo as interlocutoras, é ao entardecer, por volta das 16 horas até as 20 horas. Esses horários não são rígidos, mas representam os períodos de maior movimento nas bancas atrás dessa iguaria.

O tacacá da região de Santarém se diferencia do de outras cidades amazônicas como Manaus e Belém por possuir um tucupi adocicado, enquanto os demais tucupis contêm sabor azedo. Além disso, pode-se acrescentar ao tacacá pronto cebolas cortadas e cheiro verde. As receitas são passadas de mãe para filha por transmissão oral. Segundo Mariana, para fazer o tacacá “*não tem mistério*”:

“O meu tacacá é assim, coloco a água no fogo com uma pitada de sal, depois quando pegar fervura, eu misturo a tapioca nessa água. Aí fico mexendo até virar uma goma, quando vira eu apago o fogo. Depois de fazer a goma eu vou temperar tucupi. Corto o alho, cebola, cheiro verde e pimenta de cheiro e coloco junto com o tucupi numa panela. O segredo para fazer um bom tucupi é ferver bem, porque aí pega bem o gosto dos temperos” (Mariana – 10/05/2017).

Na receita de Mariana destaca-se a necessidade de “ferver bem” o tucupi para que o tacacá fique gostoso e pegue o sabor dos temperos. O tucupi é um suco amarelado e azedo extraído da mandioca após ser descascada, ralada, espremida e guardada de três a cinco dias. O tucupi é venenoso após ser retirado da mandioca brava, devido à forte presença de ácido cianídrico, que é eliminado através do processo de cozimento e fermentação por cerca de 4 dias. Sempre é aconselhado a quem trabalha com tucupi fervê-lo bem, seja para garantir a absorção dos temperos ou para a eliminação do veneno.

O constante processo de fervura do tucupi corrói panelas de alumínio em que são preparados. Por isso, sabe-se que uma mulher vende tacacá há muito tempo quando as suas panelas de tucupi têm vários “remendos” feitos com durepoxi⁷. Além do tacacá, são muito comuns nas cidades da Amazônia comidas como o arroz paraense, pato no tucupi e peixes no tucupi.

As mulheres entrevistadas compram o tucupi após o processo de fervura do caldo e em casa o fervem novamente e acrescentam os temperos. A presença de cuias

⁷ é um adesivo termocolante muito usado pelas interlocutoras na restauração das panelas danificadas pelo tucupi

em cima das bancas sinaliza a venda dessa iguaria. Nas bancas, onde foi realizada a pesquisa, era comum o uso de cuias de tamanho médio e sem decorações. A cuia esquenta bastante quando é enchida com o caldo quente, por isso ela é acompanhada por um suporte artesanal de cestaria que serve para dar sustentação para que a cuia não entorne.

Embora esse alimento também seja feito no espaço familiar, é perceptível a sua presença nas ruas das cidades amazônicas, seja em pontos turísticos ou bairros periféricos, em rodas de conversa ou em rodas de carimbó, em ambientes públicos e privados. O tacacá também é consumido por pessoas de diversas classes econômicas, podendo custar de 5 a 25 reais, de acordo com o local da venda.

Vatapá

O vatapá é um prato apimentado, de textura cremosa e amarelada feito com trigo, azeite de dendê e leite de coco, podendo conter camarão ou frango. O vatapá é temperado com sal, cebola, pimentão, tomate, coentro e cheiro-verde, ele é servido junto com o arroz em um prato descartável. Juliana, de 42 anos, ensinou a sua receita. Segundo ela:

Você pega o camarão seco e descasca, depois coloca de molho na água gelada para tirar bem o sal. Aí coloca o camarão para refogar na panela com o azeite de dendê, cebola, alho, cheiro-verde, pimentinha de cheiro, tudo bem cortadinho. Ai na outra panela você coloca o leite de coco, um creme de leite, um pouco de água e vai colocando o trigo aos poucos. Aí vai batendo bem para não dar bolinha de trigo, ele tem que ficar parecendo um mingau bem mole. Aí você joga esse mingau na panela com os temperos e o camarão, e vai mexendo. Quando tu deres fé o trigo vai começar a engrossar e vai ficar bem amarelinho por causa do dendê. Tem que cozinhar bem o trigo, pegar o gosto do camarão e dos temperos, aí tá pronto. Mas olhe, vatapá bom é vatapá de um dia pro outro! (Juliana - 23/06/2014)

O vatapá é tradicionalmente servido com arroz, mas algumas mulheres, para incrementar a aparência do prato, colocam entre o arroz e o vatapá uma fileira de folhas de jambu e camarões. Segundo Mascarin (2015, p.63), o vatapá é de origem africana. A sua forma de preparo e a essência de alguns ingredientes característicos foram mantidos. No entanto, juntamente com esses foram acrescentados outros ingredientes locais.

Na Nigéria não há prato especificamente idêntico ao vatapá. O leite de coco não possui, lá, a presença que usufrui no Brasil. [...]. O mistério da origem do vatapá não exclui a pátria africana ocidental, banto ou sudanesa. [...]. Lógico é sugerir que o pitéu teve desenvolvimento e características na Bahia, vindo em forma mais simples da pátria negra. [...]. O vatapá continua evoluindo, complicando-se na elaboração culinária pela adição e substituição dos componentes (Mascarin, 2015:63 apud Cascudo, 2004, p.833).

De acordo com Delzanita Carvalho, de 43 anos, “o vatapá de verdade é feito com camarão, mas o camarão é reimoso e tem muita gente que não pode comer, fora que ele é bem caro também, por causa disso começaram a fazer o vatapá de frango”. Segundo Delzanita, a receita tradicional do vatapá, consumida em lugares mais elitizados e pontos turísticos, é feita com camarão, porém, por conta do alto preço desse ingrediente, ele foi substituído por frango, que é mais barato e “enche mais”, ou seja, é um recurso economicamente viável para famílias mais pobres. “É muito difícil ver vatapá de frango em ponto turístico ou em lugar de gente chique. O vatapá de frango é mais de pessoas pobres. Sempre tem aniversário, casamento... tudo quanto é festa! Porque ele é barato, todo mundo gosta e enche bastante” (Delzanita - 23/06/2014).

Figura 04 - Vatapá



Fonte: Autora

Mungunzá

O Mungunzá, do quimbundo *mu'kunza*, que significa “milho cozido”, tem origem africana. É um mingau feito com milho branco cozido, doce, servido frio em copos descartáveis.

Figura 05 – Mungunzá



Fonte: Autora

É comum acrescentar canela em pó em cima do mungunzá. Também é conhecido como “canjica” em alguns estados brasileiros. No relato abaixo, pode-se observar o preparo de tal alimento:

“O milho de mungunzá é duro. É aquele milho branco. Aí eu gosto de deixar ele de molho de um dia para o outro, para amolecer. No outro dia, quando eu for colocar ele na panela de pressão, ele vai ficar pronto mais rápido [...]. Depois de cozinhar o milho na panela de pressão eu coloco o leite. O leite é o mais importante pro mungunzá ficar gostoso e bem cremoso. Não pode ficar ralo, mas também não pode ficar muito caro para fazer, se eu colocar muito creme de leite e leite condensado, vai ficar mais caro. Aí eu pego um pouco de milho e bato com leite de gado no liquidificador, porque assim eu uso o próprio milho pra deixar o mingau mais grosso e cremoso. Depois de bater o leite e um pouco de milho eu coloco o creme de leite, leite de coco e

leite condensado, e depois eu misturo isso ao resto do milho". (Joana - 04/05/2017)

Apesar de ser vendido durante o ano inteiro, o consumo do mungunzá se intensifica nas festas religiosas das cidades da Amazônia, em especial nas festas juninas, onde várias bancas são colocadas na praça da igreja e visam arrecadar dinheiro para diversos fins como a reforma da paróquia. Segundo Rita, 66 anos, ajudar nas festas dos santos faz com que eles abençoem a atividade econômica dela. Além disso, muita gente que não conhecia a comida dela acaba comendo nas festas da igreja e gostando, e depois acabam se tornando fregueses da sua banca.

Churrasco

O churrasco é vendido em bancas que funcionam no período da noite. O churrasco pode ser de frango, carne, linguiça ou misto, isto é, com dois ou mais tipos de carne. Ele pode ser vendido de duas formas: completo – acompanhado com baião, farofa e salada; ou simples, onde a carne é servida em um espeto, acompanhada de um copo pequeno de farofa, também conhecido como churrasquinho.

Figura 06 - Churrasquinho



Pode-se ver no primeiro quadro os churrasquinhos sendo preparados na churrasqueira a brasa, e no segundo quadro o churrasco completo, servido com baião, farofa e salada.
Fonte: Autora.

A compra da carne e a preparação desta geralmente ficam ao encargo do homem da família. O processo de fazer o churrasco envolve levar a churrasqueira para fora, colocar o carvão e fazer o fogo. Existem técnicas diferentes de “fazer o fogo”. Segundo João Celestino, 47 anos:

“Para fazer o fogo tem que colocar um papel molhado com óleo no meio do carvão. Aí acende o papel, ele vai começar a pegar fogo aos poucos, demora um pouquinho. Aí eu fico com um papelão abanando, para o fogo crescer e pegar no carvão”. (João Celestino 19/06/2015)

Alguns dos homens com os quais conversei utilizavam outras técnicas, como por exemplo embeber o algodão em álcool e colocá-lo no centro de um “montinho” de carvão, ou até mesmo utilizar madeira em vez de carvão. João Celestino ainda contou que “o fogo não pode ser feito de qualquer forma”, pois isso poderia deixar a “carne ruim”. Para ele, “o fogo tem que ser acendido antes, que é para dar tempo de queimar o carvão. Se alguém fizer o fogo e logo depois colocar a carne, vai estragar a carne, com certeza! Porque vai ficar só o fedor da fumaça preta”. Além disso, é necessário calcular a distância que a carne ficará do fogo, pois “se ficar perto demais vai queimar por fora e ficar crua por dentro”, e se a carne ficar muito longe do fogo, “vai demorar muito tempo para ficar pronto”.

Existem casos em que a mulher faz o churrasco, mas em geral, mesmo nesses casos, o homem da família compra a carne e prepara o fogo, embora não necessariamente asse a carne. Mesmo nas bancas onde os homens fazem o churrasco, geralmente o nome da banca é atribuído à figura feminina, como por exemplo a “banca da dona Rosa”, que é reconhecida assim pelos fregueses apesar de ela receber “ajuda” do seu marido e filho.

As bancas que vendem churrasco se diferenciam das demais bancas por serem maiores, em geral trata-se de mesas de madeira largas o suficiente para caber as panelas de arroz ou baião, vinagrete, farofa, salada, os pratos, talheres, copos descartáveis, marmitas de plástico, dentre outros materiais. Ao redor dessas bancas há cerca de 3 ou 4 mesas, onde sentam-se os clientes. Em alguns casos as pessoas compram a comida e pedem “para levar”. Nesse caso, a comida é colocada em marmitas descartáveis e entregue aos clientes.

Nas bancas que vendem churrasco também podem ser vistos outros alimentos como bolos, pudins, saladas de fruta e sucos. Em pesquisa anterior, percebi que “a

banca é organizada de modo a delimitar o que pode ser tocado pelos clientes e o que só pode ser tocado pela vendedora” (REIS, 2016, p.31).

Assim, as cuias, pimenta, palitos, saleiro, farinheira, molhos (ketchup, mostarda, azeite/óleo composto, vinagre), guardanapos, pratos e talheres ficam mais próximos dos fregueses, na banca ou em mesas de plástico onde o cliente pode sentar-se e comer. Já as panelas com o complemento do churrasco, vatapá, tacacá etc. ficam próximas à vendedora, e apenas a responsável pela banca e, em alguns casos, os encarregados em ajudá-la podem manipular os alimentos. Essa é uma forma das mulheres manterem o controle sobre a higiene do alimento e para uniformizar a quantidade servida nos pratos.

Salgados e Bolos

Dentre as comidas vendidas nas bancas é comum encontrarmos salgados como croquetes, que são feitos com massa de mandioca cozida, amassada e temperada, recheados com carne moída e depois fritos; as empadas, que são assadas, feitas com farinha de trigo, ovos, manteiga, gordura vegetal, temperado com sal e recheadas com creme de frango desfiado ou carne desfiada; os rissoles, que possuem formato de pastel e são feitos de farinha de trigo cozida com caldo de galinha e leite, recheados com carne moída ou frango desfiado; e as coxinhas, que são feitas com trigo, leite, caldo de galinha e margarina, podendo ser recheadas com frango desfiado ou carne moída.

Nesse caso é comum haver uma estufa em cima da banca para armazenar os salgados, ou quando não há condição financeira para comprar a estufa, as mulheres colocam papel alumínio dentro de um isopor de tamanho médio e colocam os salgados dentro para serem mantidos quentes.

A preparação dos salgados ocorre uma ou duas vezes por semana, dependendo da demanda. Depois disso eles são congelados ainda crus. Dessa forma a cada dia descongelam uma porção e fritam ou assam para serem servidos naquele dia. Segundo Reis (2016, p.30) “se por acaso o salgado acabar cedo – no meio da tarde quando ainda falta bastante tempo para encerrar a venda –, elas podem descongelar e preparar rapidamente mais alguns salgados”.

Os bolos vendidos na banca são simples, geralmente de chocolate, milho ou macaxeira. Apesar de não serem confeitados, alguns são recheados com chocolate e possuem cobertura, geralmente de chocolate, cupuaçu ou coco. Em geral prepara-se apenas um sabor de bolo por dia e vende-se a fatia.

Já os pudins são de leite, chocolate ou maracujá. Os bolos, assim como os pudins, são armazenados em recipientes de plástico transparentes. Dessa forma, os clientes podem ver o produto sem que seja preciso abrir o recipiente. Ambos são servidos em pratos descartáveis.

Sucos e Saladas de Frutas

Os sucos mais comuns são de frutas regionais como acerola, maracujá, cupuaçu, taperebá (também conhecido como cajá nas regiões Sul e Centro-Oeste brasileiras) e murici. Para a fabricação dos sucos, as mulheres armazenam a polpa das frutas no congelador, em pequenos sacos plásticos ou potes. Essa forma de dividir as polpas em porções facilita na hora de descongelar a quantidade diária que será utilizada para a fabricação dos sucos. Geralmente nas bancas são ofertados apenas dois tipos de suco por dia. Os sucos são doces, gelados, guardados em garrafas de plástico e servidos em copos de 500 ml.

A salada de frutas é feita com frutas cortadas em pequenos pedaços, sendo estas: abacate, abacaxi, maçã, banana e mamão. Depois acrescenta-se suco de laranja e leite condensado. A salada de frutas é vendida gelada e nas bancas é difícil encontrar frutas importadas que são mais caras como morango, pera, pêssego e uva.

Figura 07 - Locais de conservação dos alimentos frios



Na imagem acima pode-se observar um isopor próximo à banca, um freezer e uma geladeira. Fonte: Autora.

Os sucos e saladas de frutas são vendidos em copos de plástico descartável. Em pesquisa anterior percebi que “o local onde os sucos, saladas de frutas e demais alimentos vendidos frios são armazenados depende da condição financeira da vendedora e da posição da banca” (Reis, 2016, p.34).

Assim, quem “bota banca” na praça em frente à sua casa, por exemplo, não pode levar a geladeira, por isso se utiliza de um isopor. Já a mulher que “bota banca” na área de casa pode utilizar a geladeira da sua cozinha, ou até mesmo um freezer. Conforme pode ser visto na imagem a seguir:

1.2 O Local da Banca

Segundo Jacobs (2009), "às ruas das cidades servem para diversos fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres". As principais formas de usos das ruas e calçadas estão relacionadas à circulação, assim, os indivíduos que ocupam esses espaços acabam conferindo usos múltiplos a eles, podendo ser palco de atividades econômicas e de socialização:

"Com uma diversidade de funções, as calçadas passam a ser identificadas não mais pela referência que as particulariza, mas, sobretudo, pelas relações de ocupação desses espaços por determinados atores sociais que, ao desenvolverem determinadas práticas sociais e de linguagem, emprestam-lhes novas identidades". (ZATTAR, 2009)

Ao "botar banca" as mulheres possibilitam o surgimento de uma dessas formas de utilização das calçadas, que embora seja público, no sentido de que certos passantes possam sentar-se e comer, esses espaços também possuem um caráter privado, pois a entrada nas rodas de conversa ou ocupação desses espaços não é aberto indiscriminadamente.

Quando tem pessoas sentadas ao entorno da banca que não são da confiança da vendedora ou do círculo de amizade dos vizinhos, a vendedora e os demais clientes mudam de assunto, falam sobre coisas casuais ou tentam saber mais sobre aqueles indivíduos, de onde vem, para onde vai, quem é, o que tem feito... As perguntas são centradas na "pessoa de fora".

Como a calçada acaba se tornando uma extensão do lar e por conta disso possui uma característica familiar de modo que bêbados, arruaceiros, pessoas de má reputação no bairro ou que de alguma forma constranjam a vendedora ou clientes, não são aceitas nesse ambiente e provavelmente os homens da família ou vizinhos vão pedir para que essa pessoa se retire. Assim ela vai exercendo controle sobre as relações que ocorrem ali no entorno da banca, mediando a relação com as pessoas de acordo com a proximidade que ela mantém com cada um.

Segundo Sennett (1988, p. 30) a diferença entre público e privado, deu-se com o uso de *público* como "aberto à observação de qualquer pessoa" e de privado denotando "uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos". Nessas definições, "a oposição é marcada entre a exposição do indivíduo no espaço

que é de todos, e a proteção da individualidade no espaço fechado, na privacidade do lar”. (ZATTAR, 2009, p. 75)

Geralmente a banca é colocada na frente da casa da vendedora, ou até mesmo na área dentro dos limites da residência. Porém em certas circunstâncias a banca pode ser colocada em frente à casa de um parente ou em uma praça próxima a casa onde tenha um maior fluxo de pessoas. Em pesquisa anterior, percebi que determinados fatores como *“a quantidade de pessoas que transitam pela rua, iluminação pública, saneamento urbano, sombra e a frente da residência contribuem para que uma mulher não possa colocar a banca em frente à sua casa”* (REIS, 2016, p.40)

Dessa forma, alguns fatores impossibilitam ambientais influenciam no sucesso da banca, por exemplo, um local sem cobertura onde o cliente seja exposto ao sol ou a chuva; uma banca localizada em uma rua escura ou próxima a esgotos que exalem mau cheiro, situadas em um local perigoso ou que seja próximo a locais de má fama. Tais espaços podem suscitar questões acerca da segurança do cliente e higiene do local da banca e das comidas, como pode ser visto a seguir:

“O problema é essa rua! A prefeitura não cuida! É tudo sujo e ainda é escuro! Esses postes vivem com defeito. Acho que isso faz eu perder muitos clientes” (Antônia - 28/05/2013)

Ao redor dessas bancas são colocadas mesas e cadeiras de plástico, onde os clientes sentam enquanto degustam as comidas, trata-se de poucas mesas, cerca duas ou três, cada uma acompanhada de quatro cadeiras. Em cima dessas mesas é comum ver pimenta, molhos caseiros, ketchup e maionese, palitos e lenços de papel. Algumas bancas possuem um formato circular, onde as cadeiras ficam lado a lado e a única mesa no local é a banca.

Um exemplo disso é dona Bela, de 54 anos. Ela “bota banca” em uma pequena praça à frente da sua casa, isso acontece porque Bela não possui uma “frente” da casa onde possa colocar a sua banca, devido a sua residência ser localizada nos fundos de um ponto comercial, em uma pequena vila de 3 casas onde mora a sua sogra, cunhados e ela. Assim, o que dá acesso da vila para rua é um estreito portão de madeira, porém, ao lado do portão da casa de Bela há um aglomerado de areia para construção conforme pode ser visto na foto 02 a seguir:

Figura 08: O local da banca



O círculo vermelho demarca o portão da casa de Bela. **Fonte:** autora, 2015

Na imagem acima é possível observar o círculo vermelho que demarca o portão da casa de Bela, também é possível observar o ponto comercial localizado à frente da vila, e o aglomerado de areia pertencente ao vizinho. O ambiente de calçada da casa de Bela impossibilitou que ela desenvolvesse a sua atividade econômica naquele local. Por conta disso, ela “botou a banca” na praça a frente, e para poder ligar a estufa onde estão os salgados, ela utilizou uma extensão que atravessa a rua, indo da casa da informante até a banca na praça.

O local da banca e a manutenção da limpeza é tão importante que a maioria dos conflitos com a vizinhança surgem em decorrência da conservação e organização do espaço. Dessa forma segundo Reis (2015) podem ocorrer “*brigas com o vizinho que coloca o lixo na rua nos dias em que o caminhão de lixo não passa para coletá-los, pois, o lixo exala mau odor e chama a atenção de urubus;*” ou com “*a vizinha que lava a sua calçada deixando a sujeira concentrada no local da banca*”, ou com o *caminhoneiro que deixa com frequência o carro parado em frente a banca fazendo com que ela fique escondida dos passantes.* (REIS, 2015, p.42). Esses

conflitos tomam a forma de fofocas e discussões, mas raramente chegam a brigas físicas.

1.3 Rodas de Conversa

Ao redor da banca são formadas rodas de conversa em que se sentam a vendedora, alguns familiares, vizinhos, amigos e passantes. Casos em que se esgotam as cadeiras da vendedora é comum que os vizinhos levem cadeiras para a rua a fim de se sentarem e conversarem em torno da banca enquanto “olham a rua”.

As pessoas que participam das rodas de conversa abordam os temas mais diversos. Conversam sobre o passado, os antigos amigos, parentes, como as coisas eram e como são agora. Nesse ato de lembrar, muitas informações e valores são transmitidos aos mais jovens, que embora não tenham vivido determinadas situações, crescem ouvindo sobre elas.

Outros assuntos são política, religião, estudo, casamentos ou divórcios, os preços das coisas, festas e eventos que acontecem no bairro ou na cidade. Essa diversidade de assuntos se dá, também, pela presença de várias faixas etárias, de modo que os homens conversam entre si, mas também conversam com as mulheres, jovens, crianças e idosos.

É comum falarem de si mesmas, das suas famílias, da vizinhança. Assim, essas pessoas se atualizam sobre os acontecimentos do bairro, das pessoas que frequentam a roda de conversa e sobre demais moradores que não a frequentam

Figura 09: As rodas de conversa



Fonte: Delma Pessanha Neves, 2013.

A fofoca está presente nas rodas de conversa. Embora ninguém se declare “fofoqueiro”, todos alegam que ela existe. Segundo Fonseca (2000:44), o medo de “cair na boca povo” rege muitos comportamentos e escolhas individuais em bairros onde os vizinhos exercem esse poder de controle de comportamento através de redes de relações em que a fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando a sua imagem pública. Segundo a autora:

A fofoca seria instrumental da definição dos limites do grupo não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa a interação no grupo. A fofoca pode ter uma função educativa. Em vez de adultos explicarem as normas morais a seus filhos, estes, ao ouvir as histórias de comadres, aprenderiam as nuances práticas dos princípios (FONSECA, 2000, p.42).

Essas rodas de conversa também funcionam como mecanismos de controle social, pois lá circulam as notícias sobre o que tem acontecido na cidade e no bairro, e são emitidas impressões sobre o comportamento dos moradores. Essas impressões são carregadas de aprovação ou reprovação segundo os códigos de conduta socialmente estabelecidos.

Em assentamentos urbanos de pequeno porte, mais simples do que metrópoles, o controle sobre o comportamento aceitável em público, quando não sobre a criminalidade, parece funcionar com mais ou menos êxito por meio de um emaranhado de condutas, comentários, aprovação, desaprovação e sanções (JACOBS, 2009, p.75).

As rodas de conversa podem simbolizar também o status da responsável pela banca. Portanto, se a mulher que coloca a banca consegue reunir diversos familiares e vizinhos em torno da banca, significa que ela tem certo prestígio dentro desse grupo. Nesse caso, ter prestígio não é só cozinhar bem, mas corresponder aos ideais de conduta considerados adequados pelo grupo, de modo que não é qualquer mulher que pode colocar banca e ser “bem-sucedida”.

Sem essa “aprovação” dos moradores do bairro é difícil a banca se manter, uma vez que a sua existência é sustentada por passantes, mas na maioria do tempo pelos moradores do bairro que preferem frequentar a banca do que ter que se locomover até o centro da cidade em busca de alternativas de lazer.

Em Santarém existe uma valorização da mulher enquanto mãe, dona de casa e esposa, e principalmente enquanto mulher “trabalhadeira”, que não é preguiçosa e consegue desenvolver bem atividades domésticas, familiares, além do trabalho. Enquanto a preguiça, a fofoca e o adultério são características condenáveis. Observar quem pode e quem não pode colocar nos fala muito sobre as regras de conduta socialmente estabelecidas dentro dos bairros analisados.

O momento do trabalho também é uma alternativa de lazer para essas mulheres. Ao final da tarde, quando colocam as suas bancas de comida, sentam-se em bancos ou cadeiras na rua e ficam “olhando o movimento” e conversam com parentes e com outras mulheres da vizinhança. Nesse momento podemos verificar a importância dos laços de proximidade entre as vendedoras e os frequentadores da banca.

Segundo Dumazedier (1976), o lazer surgiu na Europa por volta do século XIX, esta era compreendida como dependente do trabalho, mais especificamente do trabalho industrial capitalista. Assim, o lazer era considerado “como uma liberação periódica do tempo de trabalho”. Já Gomes (2014) considera desnecessária a dicotomização entre o trabalho e o lazer, característica típica das sociedades ocidentais industriais, que não contempla outras formas de utilização dos tempos e outras noções de trabalho.

Mais do que um ambiente de lazer para as vendedoras, o local da venda de alimentos serve como alternativa de lazer para a vizinhança, devido à distância do bairro até o centro ou a orla da cidade, que são os principais locais de lazer em Santarém. A família sai junta para lanchar em uma banca de alimento dentro do bairro e com quem os membros da família possuem uma relação de camaradagem.

A clientela é constituída por vizinhos e amigos, com os quais essas mulheres mantêm relações de confiança. Por isso, elas afirmam não se importar com a concorrência, acreditando que os restaurantes, lanchonetes e outras pessoas que botam banca não interfiram na economia desenvolvida por elas, porque se valem de uma oferta por proximidade, eliminando gastos com passagens e planejamento para se dirigirem ao mercado do centro da cidade. “Outrossim, orientam-se exatamente por demandas que se conformam com a vida local e o atendimento de necessidades imediatas” (REIS, 2016).

1.4 Rotina e Concorrência

A rotina de todas as mulheres que eu pesquisei que “botam banca” é semelhante. Pela manhã elas se dedicam às tarefas domésticas, isto é, arrumar a casa, lavar a louça, fazer o almoço, ajudar os filhos nas tarefas da escola, prestar alguma assistência a familiares idosos que moram com elas ou próximo. Depois ou juntamente com o almoço da família as mulheres começam a preparar as comidas da banca.

À tarde, geralmente na parte do dia que as crianças, filhos pequenos ou netos-estão na escola e elas podem se dedicar exclusivamente ao “botar banca” seja cozinhando, varrendo a calçada onde a banca será colocada, arrumando a estufa e os recipientes onde serão colocados os alimentos, organizando as mesas e cadeiras aonde os clientes vão sentar-se.

Segundo informações das mulheres que colocam banca no período da tarde, elas iniciam por volta de 15 horas e fecham aproximadamente às 20 horas, nestas é comum ver vatapá, tacacá, salgados, bolo, pudim, mugunzá e sucos. Tais alimentos são caracterizados pelas vendedoras e consumidores como *lanches*. Já as mulheres que optam por botar banca à noite, informam que iniciam a atividade às 18 horas e fecham às 22 horas, privilegiando a venda de vatapá, tacacá, sucos, churrasco completo ou churrasquinhos. Tais artigos são caracterizados como *jantar*⁸.

Também é comum algumas mulheres venderem os dois tipos de alimentos, nesse caso, as vendedoras vão alterando o tipo de comida, iniciam com artigos característicos do lanche e ao anoitecer inserem na banca aqueles característicos do jantar. Assim, alguns alimentos que antes eram considerados lanches, pelo horário de consumo, passam a ocupar a posição de jantar, como no caso do vatapá, ou de sobremesas⁹, como no caso dos bolos.

Embora as mulheres que colocam banca estabeleçam horários para desenvolver a atividade, estas admitem certa flexibilidade. Dessa forma elas podem fechar mais cedo em casos de necessidade ou se houver pouco *movimento*¹⁰. Podem

⁸ Existem três refeições principais diárias: Café da manhã, almoço e jantar. O jantar é uma refeição noturna, ingerida a partir das 18 horas.

⁹ Alimentos leves, geralmente doces, que são consumidos após o jantar.

¹⁰ A expressão “movimento” é muito usada para se referir ao fluxo de pessoas que consomem na banca.

abrir mais tarde, caso ocorra algum imprevisto, e podem até mesmo nem abrir em determinado dia por conta de um compromisso, doença, necessidade de ir à escola dos filhos etc. Isso pode ser visto na fala a seguir:

Aqui eu trabalho de tardezinha, mas depende do movimento, se eu ver que tá movimentado aqui aí eu abro mais cedo, se o movimento continuar bom eu fecho mais tarde, mas se for ruim aí eu fecho é cedo! Tem dia em que eu nem venho aqui!" (Alice 12/04/2015)

Em caso de eventos previamente agendados como casamentos, formaturas ou aniversários, as mulheres informam no decorrer da semana que não abrirão em determinado dia. O "movimento" influencia bastante o horário das bancas, se houver algum grande evento na cidade que fará com que as pessoas saiam para prestigiá-lo, sabe-se que haverá baixo movimento, outra coisa que influencia o fluxo de pessoas nas bancas é o período do mês. No início do mês quando as pessoas recebem os seus salários as bancas são mais movimentadas, enquanto no final do mês as mulheres tendem a vender menos.

As festas religiosas que ocorrem nos meses de Junho e Julho, também conhecidas como festas juninas não aumentam a presença de pessoas nas bancas, pelo contrário, constituem-se como concorrência para as mulheres que "botam banca" durante o ano inteiro. Nessa época do ano as escolas, paróquias e pessoas que moram perto dos festejos tendem a "botar banca" com comidas típicas para arrecadar dinheiro com um determinado fim como reforma da escola, ou da igreja, nesses casos a comunidade tende a colaborar com a causa adquirindo comida nesses espaços.

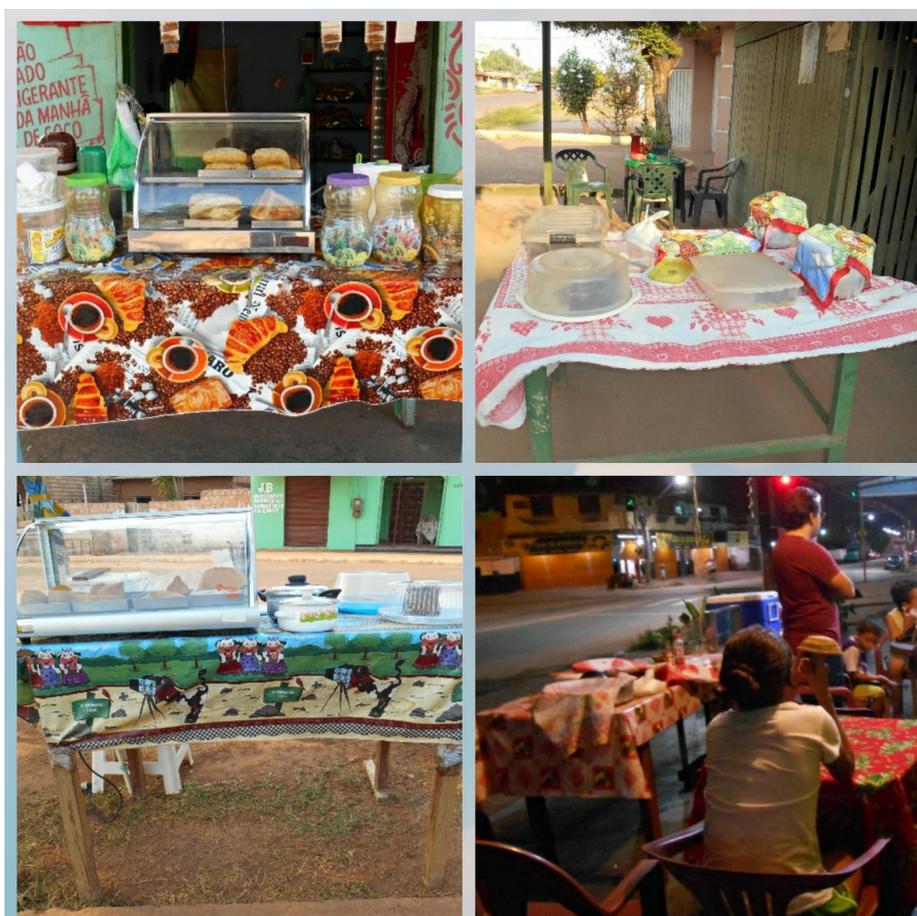
Vale lembrar que a clientela é constituída por familiares, vizinhos, amigos e pessoas que estão passando pelo local e decidem parar para comer, por isso as mulheres que "botam banca" não consideram os grandes supermercados, lanchonetes e restaurantes como concorrência, pois a banca se vale da proximidade, qualidade do serviço e preço barato para fidelizar a clientela.

1.5 Os Tecidos e as Cores das Bancas

A banca é coberta por toalhas de mesa, e as panelas recobertas com guardanapos de pano, que são colocados em cima das tampas das panelas com o objetivo de proteger a comida e fatores externos. As cores e padrões de estampas desses tecidos são muito característicos e falam bastante sobre a cultura popular. Flores, diversos tipos de xadrez, formas geométricas e desenhos de objetos da cozinha (como bule de café, copos, comidas) estampam as toalhas de mesa das mulheres que “botam banca”.

Estas toalhas sempre são bem coloridas e chamativas, geralmente feitas de chita, mas também podem ser feitas de gorgurinho ou um atalhado de plástico estampado, conforme a imagem a seguir:

Figura 10: As toalhas da banca



Toalhas de chita estampadas e toalhas plásticas. **Fonte:** Autora

As histórias dos tecidos contam muito sobre processos históricos, identitários e de luta de classes. Um exemplo disso é a chita, tecido mais utilizado para cobrir as bancas. A chita, também conhecido como pano do povo, teve origem na Índia, após a colonização da Inglaterra. Segundo Rocha e Queiroz (2010), durante o séc. XVIII o Brasil realizava grandes importações desses tecidos indianos, devido a políticas protecionistas de Portugal. Em 1785, um alvará proibia a produção manufatureira desses tecidos.

Dessa forma, a produção local de chita tornou-se clandestina. Segundo as mesmas autoras, os poucos teares existentes eram utilizados por escravos, índios e mestiços. Enquanto as camadas populares usavam tais tecidos, a elite local utilizava tecidos importados da Inglaterra para o Brasil, que possuíam cores sóbrias e tecidos pesados, o que reforçava a hierarquia social.

Em virtude da Abolição da Escravatura, em 1888, já a partir de 1880 chegaram ao Brasil levas de imigrantes contratados, o que fez com que a chita permanecesse ainda mais restrita aos trabalhadores, pois os recém-chegados faziam questão de usar as suas roupas de origem, também, como forma de se diferenciarem da população mais pobre de trabalhadores, camponeses e ex-escravos. (ROCHA e QUEIROZ, 2010, p.2).

Segundo Mellão (2005), na primeira capital da República, onde estava a maior população negra do país após a Abolição da Escravatura, o carnaval de rua se vestia de chita. Atualmente a chita faz parte de várias festas tradicionais brasileiras como o carnaval, festas juninas, bumba meu boi dentre outras. E assumiu outros espaços com o advento do movimento hippie, tropicalismo e chegou até mesmo às passarelas, através da estilista Zuzu Angel. Segundo o mesmo autor:

“A chita no corpo e no cenário dos movimentos artísticos e revolucionários, em plena vitória da repressão, era uma assinatura da alma brasileira, um desafio, quase um descaramento.” (MELLÃO, 2005, p. 127).

No Estado do Pará a chita é bastante vista nas rodas de carimbó, na forma de saias longas e rodadas e nas blusas dos dançarinos. O Carimbó é uma manifestação cultural paraense, incluindo a dança e a música. A dança é embalada ao som de instrumentos de percussão, a letra das músicas se refere ao cotidiano local, como pode ser visto no trecho de carimbó: *“Vou ensinar a sinhá pureza, a dançar o meu sirimbó. Sirimbó que remexe mexe. Sirimbó da minha vovó. Vai dançando sinhá*

pureza, rebolando pode requebrar. Carimbó, sirimbó é gostoso. É gostoso em Belém do Pará” (PINDUCA, 1974)

Segundo da Costa, essa forma de música “*estava viva a maneira do toque indígena no instrumento, que tem ressonâncias africanas, o que o levava a concluir o caráter mestiço da manifestação*”. (2011, P.3) A chita estampada não está presente apenas nas roupas dos dançarinos das rodas de carimbó, mas também nas mesas onde são colocadas as iguarias regionais, como o tacacá e o vatapá. A estreita relação entre as rodas de carimbó e essas comidas pode ser evidenciada na letra de carimbó a seguir: “*Oi mexe, mexe menina. Pode mexer sem parar. Você agora é a minha Garota do tacacá. Rala, rala a mandioca, espreme no tipiti, separa na tapioca e apará o tucupi. Prepara meu tacacá, gostoso com açai*”. (PINDUCA, 2016)

Por conta desse contexto histórico e cultural, não é de se estranhar que as mulheres que “botam banca” em Santarém utilizem tal tecido e padrão de estampas. Diversos processos históricos fizeram com que famílias do interior do Estado do Pará migrassem para as cidades mais populosas como Belém ou Santarém, buscando empregos e/ou estudo para os seus filhos. Até os dias de hoje é comum os pais mandarem suas filhas para a cidade, para trabalharem como empregadas domésticas ou babás em casa de família, visando a conclusão do ensino escolar.

Esses processos de migração de camponeses para as cidades trouxeram consigo também elementos culturais mais interioranos, que são expressos e disseminados principalmente pelas mulheres, como por exemplo música, vestimenta e a alimentação. Segundo OLIVEIRA e VELA (2008, p.2) ao analisar o cotidiano alimentar de famílias rurais do município de Jaboticaba, região do Médio-Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, observaram que:

A mulher se comporta como figura central no processo de produção e reprodução, ela compete às tarefas de alimentação, desde o cultivo, preparo e servida da comida à mesa. É responsável pelo cuidado com os animais – limpeza, alimentação, ordenha –, trabalho na horta, além todas as etapas no preparo da comida de consumo doméstico, processamento dos alimentos e produtos, próprios para a venda e consumo interno, como queijo, nata, chimia, doce em calda, rapadura, pão, bolo, cuca. A decisão também permeia quais alimentos e o modo como serão cultivados na horta, bem como o uso, ou não, de outros alimentos oriundos da lavoura ou do mercado determinando o cardápio doméstico. Assim, constata-se a centralidade da mulher no processo decisório alimentar, daqueles alimentos que serão interiorizados no ambiente doméstico e daqueles que serão destinados à venda. (OLIVEIRA e VELA, 2008, p. 2)

Quando tais famílias migram para as cidades, a mulher ainda é a responsável por decidir o que será consumido pela família. Segundo os mesmos autores, "quando os produtos derivados do trabalho feminino são destinados à venda, a mulher assume todas as etapas de trabalho: colheita, seleção e preparo. Entretanto, ela é excluída daquelas que demandam atividades fora de casa". (OLIVEIRA e VELA 2008, p. 2). Um caso semelhante pode ser observado no contexto descrito por Neves (1981), ao estudar os produtores de cana da Região dos Campos, interior do Rio de Janeiro menciona que:

“Às mulheres está, assim, reservado o predomínio das tarefas junto à casa, seja de limpeza e preparo dos alimentos, confecção de roupas ou mesmo de estimular ou cuidar da plantação dos produtos passíveis de se desenvolverem junto ao terreno ou quintal. (NEVES, 1981, p. 144)

Nas relações de divisão do trabalho sexual que ocorrem em situação rural, as mulheres são as principais responsáveis por desenvolver atividades no domicílio e ao entorno, enquanto os homens trabalham com a lavoura ou criação de animais.

CAPÍTULO 02

As Mulheres que “botam Banca”

2.1 Maria, Dilaria e Laurinda

Maria, 45 anos, casada, nasceu na região do Lago Grande, interior de Santarém. Aprendeu a cozinhar na infância, observando a mãe, e passou a ajudar em casa “*desde cedo*”, cuidando dos irmãos mais jovens e realizando pequenas tarefas. O seu primeiro trabalho “remunerado” foi aos 17 anos, como doméstica¹¹, quando foi enviada para Santarém para morar em casa de família e completar os seus estudos na cidade, lá ela aprendeu a fazer “*comidas mais gostosas, aprendi muito porque todo dia eu fazia, aí fui ganhando experiência, aprendendo a cozinhar mais rápido, fazer mais receitas*”.

Morar e trabalhar em casa de família não foi uma experiência agradável para Maria, ela trabalhava o dia inteiro e quase não tinha tempo para estudar. Acerca disso ela recorda que: “*trabalhava que nem escrava e eu ficava tão cansada que não conseguia estudar, mas eu tinha que estudar pelo menos um pouquinho para minha mãe ficar feliz, sabe?*”.

Maria raramente recebia dinheiro, mas a família que lhe abrigava, sempre lhe fornecia o material escolar necessário como livros, cadernos e dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Além disso, davam-lhe roupa, sapatos e comida. As roupas e calçados geralmente eram usados, e quanto a comida, Maria servia toda a família e só depois podia comer o que sobrasse. Nem tudo que os patrões compravam poderia ser consumido por ela, geralmente “comidas gostosas” como salgados, doces, bolachas, iogurte dentre outros, eram dos filhos ou do casal. Apesar disso, quando iam apresentar ela para outras pessoas, diziam que ela era “*praticamente da família*”, como forma de afirmar se tratar de laços de afinidade e não empregatícios.

Aos poucos, tal relação de trabalho foi ficando insustentável. Maria percebeu que naquelas condições, não poderia obter uma independência e nem melhorar de vida. Também notou que não estava conseguindo estudar e dar conta de todas as

¹¹ Ainda é comum a prática de ir até o interior buscar meninas para trabalhar em casas de família, como empregadas domésticas ou babás, em troca de ter onde morar e poder concluir os seus estudos na cidade, nesses casos o pagamento em dinheiro é mínimo ou inexistente.

tarefas que tinha para fazer na casa dos patrões. Assim, o casamento surgiu como uma alternativa viável para que ela constituísse a sua própria família, e deixasse de se sujeitar a relação de trabalho não remunerado a qual estava vivendo.

O pretendente de Maria estudava junto com ela, em suas palavras: *“ele era um moço calmo, trabalhador e gostava de mim”*. Ao estabelecer a relação conjugal eles foram morar nos fundos da casa da família do esposo, segundo ela: *“no início era só um puxadinho, sabe? Mas aí a gente foi arrumando! Hoje a minha casa é bonita!”*. O marido continuou a realizar serviços gerais, enquanto ela começou a trabalhar no centro comercial da cidade, como atendente em uma loja de roupas. Esse emprego durou até o nascimento do primeiro filho, quando ela passou a ficar “só em casa”.

Uma gestação seguiu a outra, até Maria ter os seus três filhos. Como as crianças ainda eram pequenas, ela não podia trabalhar “fora de casa”, mas ao mesmo tempo sentia vontade de ter algum rendimento. Foi dessa necessidade que surgiu a ideia de “colocar banca”. Para iniciar a atividade ela pediu dinheiro do marido e foi economizando até ter dinheiro suficiente, então comprou os ingredientes e começou a fazer as comidas. No início ela só fazia vatapá, tacacá, bolo e suco, depois de um tempo ela foi adicionando a banca pudim, salgados e salada de frutas. Maria “bota banca” na sexta, sábado e domingo, das 16 horas até as 20 horas, em frente à sua casa.

Caso semelhante aconteceu com Diliania. Atualmente ela tem 73 anos de idade, nasceu no interior de Santarém e veio para a cidade na adolescência, quando começou a trabalhar como doméstica em casa de família. Segundo ela *“Eu vim da roça, lá eu tirava as frutas do pé. Fazia comida e ajudava a minha mãe em casa, depois eu fui trabalhar em casa de família. Aí fui aprendendo a fazer bolo recheado, salgado essas comidas mais diferentes com a minha patroa”*.

Ela segue falando que *“depois que me casei, sempre fazia comida para vender e ajudar o meu marido a sustentar a casa. Fazia também porque eu ficava em casa o dia todo, isso (“botar banca”) era uma ocupação para mim. Eu me sentava na rua e conversava com os vizinhos, me distraía. Eu tenho 73 anos hoje, e a banca me ajuda muito! Se não fosse ela, eu podia estar em casa triste, sem fazer nada, só olhando o vento. Eu acordo cedo, vou na feira, corto as minhas verduras, minhas frutas e faço os lanches. Aí quando é de tardinha venho aqui pra rua e me sento aqui, e passa um vizinho, senta e conversa comigo, ou então passa alguém e compra um*

lanche e já conversa comigo. Me contam histórias, eu fico sabendo de tanta coisa, de tanta gente. Isso é muito bom pra minha cabeça, sabe?"

Por conta da idade avançada, os filhos de Dilania perceberam que ela já possui dificuldade em fazer algumas das comidas que são vendidas na “banca”, como mexer ou carregar algumas panelas pesadas, colocar a banca para fora, trazer as compras do mercado, dentre outras coisas. Por conta disso, sempre tem alguma de suas filhas lhe auxiliando. A família de Dilania reconhece que o “botar banca” é importante para ela, por isso continuam ajudando a desenvolver a atividade econômica.

Dilania passa a maior parte do tempo em casa, exceto quando vai à igreja que fica próximo à sua casa. A dificuldade de Dilania em sair de casa se dá por conta da sua idade avançada, ela caminha lentamente e se cansa com facilidade, além disso não possui reflexos rápidos, o que deixa os seus filhos preocupados com a possibilidade de ela sofrer acidentes ao atravessar as ruas. Nesse contexto o “botar banca” permite a ela conhecer novas pessoas e saber o que acontece na cidade, pelos relatos dos clientes.

Sempre que alguém pede um lanche e se senta para comer, Dilania casualmente puxa um assunto e depois outro, e quando percebe passou a tarde inteira conversando. A banca é frequentada por pessoas que passam pela rua, vizinhos, alguns amigos da igreja e parentes. Ao entardecer é possível ver os seus netos brincando próximo a banca e algumas pessoas sentadas conversando sobre os mais variados assuntos.

A sua banca abre quarta, quinta, sexta e sábado, das 16 horas até as 22 horas. Nos dias de domingo e terça-feira ela vai para o culto, por isso não “bota banca”. As comidas de dona Dilania são: vatapá, tacacá, bolo, mungunzá, salada de frutas, sucos e salgados como croquete, coxinha, pastel e empada. Com o dinheiro que adquire com a atividade econômica ela investe na reforma da casa, compra coisas de pequeno valor para as suas filhas e netos, ajuda os necessitados e guarda para si parte do rendimento.

Laurinda nasceu em 1992, na cidade de Oriximiná. Casou-se aos 19 anos e mudou-se para a cidade de Santarém, onde mora com a família do marido. Aos 20 anos teve uma filha. Laurinda relembra que aprendeu a cozinhar desde cedo, com a sua mãe que também era cozinheira, e atualmente ela possui um pequeno restaurante em sua terra natal.

Laurinda estudou até o final do ensino fundamental, mas depois não deu continuidade, ela considera difícil conciliar o trabalho de casa, o cuidado com a filha e a atividade econômica de “botar banca” com os estudos. Segundo ela: “Eu gostaria de estudar, tenho vontade de fazer faculdade, medicina talvez, mas é muito difícil porque eu não tenho tempo. As pessoas acham que é fácil cuidar da casa e olhar a minha filha, mas não é! O serviço de casa não acaba nunca, todo tempo tem algo para fazer. E eu gosto de ver a minha casa bem limpinha e organizada, sabe? Não quero ninguém falando mal de mim por aí. Até porque eu moro com os meus sogros”.

O marido de Laurinda é motorista de caminhão, segundo ela: *“ele passava muito tempo viajando e eu ficava sozinha aqui, sem fazer nada. Eu chorava bastante nessa época, sentia saudades da minha família. Um dia ele me perguntou se eu não queria colocar uma banquinha aqui na frente, daí eu pensei e achei uma boa ideia.*

O marido de Laurinda deu a ideia de “botar banca” e comprou todos os materiais para que ela iniciasse. A ideia não surgiu por conta de problemas financeiros, pois segundo ela “o meu marido que sustenta a casa, *ele tem um emprego bom. Eu trabalho porque ele diz que eu preciso ter o meu dinheiro, para gastar do jeito que eu quiser, ele diz que eu tenho que ocupar a minha cabeça com alguma coisa*”.

Ajudar a esposa a criar laços com a vizinhança na “nova cidade” foi fundamental para a permanência da família no local. Laurinda não tinha conhecidos em Santarém, além disso, a gravidez contribuiu para o seu isolamento, pois passava muito tempo em casa sozinha, cuidando da filha. A ideia do marido de “colar uma banca” para a esposa veio da criação dele, na infância a sua mãe desempenhava a mesma atividade econômica, e ele foi criado ao entorno da banca, brincando com outras crianças, enquanto parentes e amigos conversavam e comiam.

Laurinda é evangélica, pertencente à igreja Assembleia. Ela considera que a esposa deve ter boa fama, deve ser organizada, calma, amorosa, zelar pelos filhos, cuidar da família e da casa. Assim, o “botar banca” surgiu para ela, como uma possibilidade de conhecer pessoas do bairro, adquirir um dinheiro próprio, sem que fosse preciso “sair” do espaço da casa, e sem “negligenciar” o cuidado com a filha. Dentre os seus clientes, muitos são vizinhos, passantes e amigos da igreja.

Ela coloca banca quinta, sexta, sábado e domingo, em frente à sua casa. As comidas vendidas são: vatapá, tacacá, mungunzá, pudim, bolo, salada de frutas e sucos, a banca “abre” às 18 horas e fechava por volta das 22 horas. A primeira entrevista realizada com Laurinda ocorreu em 2012, quando ela estava iniciando o

negócio, ao retornar em 2016, a banca de Laurinda já tinha prestígio no bairro, as pessoas a reconheciam como uma boa cozinheira, em alguns momentos havia mais clientes do que local para se sentar, sendo um total de 10 pessoas, o que é bastante para uma banca.

2.2 Mulheres que “Botam banca”

Neves (2014), ao estudar os processos de deslocamentos populacionais ocorridos na região Oeste do Pará, evidencia os múltiplos processos de exploração e ocupação da região, fortemente atingida pelo ciclo da borracha e grandes empreendimentos, como os investimentos da companhia Ford em 1930. Ao fim do ciclo de exploração das seringas, os trabalhadores migraram para cidades vizinhas como Itaituba e Santarém.

Em meados de 1950, a seca atingiu a região Nordeste do Brasil, o que provocou uma migração de pessoas, especialmente do Ceará para a cidade de Santarém e adjacências. Neves (2014) narra que nesse período, foram feitos loteamentos para a habitação e produção agrícola dos imigrantes. Dentre os loteamentos mencionados pela autora estão: Mojuí dos Campos, Cipoal, Tabocal, Igarapé do Pimenta, Mojuí dos Pereiras, Poço Branco, São João etc. (NEVES, 2014, p.47). Na década de 1970, novas levas migratórias chegaram à região, dessa vez vindas do Sul do País, e fixadas próximas às estradas Curuá-Una e Santarém-Cuiabá.

Nessas “idas e vindas” causadas pelos deslocamentos populacionais, Neves (2014) destaca a presença das mulheres que migraram para a região de Santarém nas frentes de povoamento, exploração e/ou ocupação como mão de obra no extrativismo e manejo, mas também, em outros ofícios como costureiras, comerciárias, professoras etc. Conforme pode ser visto a seguir:

“Segundo a distribuição sexual dos trabalhadores acima de 10 anos e por setor produtivo, a presença das mulheres se fazia mais significativa no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura, nas atividades domésticas e escolares, bem como nos serviços e atividades sociais” (NEVES, 2014, p.410)

Neves (2014) observou que, apesar de as mulheres trabalharem em várias frentes, os recenseamentos agrários colocavam-nas apenas na realização de atividades domésticas ou escolares. Contudo, a sua pesquisa de campo evidenciou que as mulheres eram essenciais nos trabalhos agrícolas, assim como as crianças entre 9 e 10 anos, que ajudavam os pais no roçado ou nos afazeres domésticos. A mesma autora destaca que muitas das mulheres camponesas prestaram serviços nos setores terciário como costureiras, cozinheiras e manicures, a fim de colaborar direta ou indiretamente com a família.

Ao realizar o trabalho de campo na cidade de Santarém, percebi congruências com o trabalho de Neves (2014), no que tange a trajetória das interlocutoras. Dentre as 22 entrevistadas, 8 são provenientes dos arredores de Santarém, isto é, de bairros que antes eram considerados áreas rurais e aos poucos foram incorporados pela cidade; 10 migraram de cidades rurais do interior do município para Santarém; e quatro vieram do interior de outros Estados, sendo estes o Ceará e o Rio Grande do Sul.

Ao migrar de áreas rurais para a cidade de Santarém, as entrevistadas, juntamente com os seus familiares, firmaram residência nos bairros da grande área da Prainha, em especial nos bairros Livramento, Santana, Interventoria e São José Operário, onde foi realizada a pesquisa.

Antes de migrar para a cidade de Santarém, muitas das interlocutoras moravam com suas famílias em roças e viviam do plantio e/ou da criação de poucas cabeças de gado. Ainda na infância tais mulheres oscilavam entre “ajudar” os homens da família no roçado, e “ajudar” as mulheres nas atividades domésticas.

Os principais trabalhos desenvolvidos no ambiente doméstico são: o cuidado com os irmãos mais novos ou idosos, preparação dos alimentos, lavagem das roupas, costura, limpeza da casa e da área da casa (“juntar” as folhas que caem no quintal, varrer o “terreiro”, tirar as plantas daninhas que crescem na frente da casa etc.).

As entrevistadas aprenderam a cozinhar por volta dos 10 anos de idade, “observando” a forma como as suas mães ou demais mulheres da família faziam. Quando indagadas acerca disso, algumas mulheres respondem que aprenderam a cozinhar “*desde sempre*”, pois foram criadas em meio a tais atividades e passaram a ajudar nas tarefas mais simples desde tenra idade, não sabendo dizer quando ao certo. Isso pode ser observado nas falas a seguir:

“Eu aprendi a cozinhar vendo a minha mãe, ela não precisava nem me falar o que era para fazer, só de ver a gente já vai aprendendo né?” (Viviane, 05/10/2012)

“Eu aprendi desde sempre, porque desde menina eu ajudava a minha mãe e fui aprendendo a fazer a carne, o baião tudo”. (Rosa 28/05/2013)

Em geral tratava-se de receitas do cotidiano como arroz, feijão, baião e o preparo de carnes. Em momentos especiais como festividades sejam casamentos, festas de escola ou festas religiosas, as mulheres encarregadas de fazer as comidas regionais como vatapá, tacacá, mungunzá, bolo podre etc. E assim as moças aprendiam a fazer tais pratos.

Diversos fatores levaram as mulheres a migrar para a cidade de Santarém, os mais recorrentes são: acesso a saúde, educação para os filhos e uma melhor qualidade de vida. A mecanização da agricultura e o aumento da soja, associados às dificuldades em se manter no campo, tem proporcionado a migração de famílias pobres para a cidade de Santarém, mas vale ressaltar que existe também grande curiosidade, principalmente por parte das moças em conhecer a cidade, pessoas, dinâmicas e modos de vida dos espaços citadinos.

Algumas mulheres chegam à cidade juntamente com a família. Em outros casos, a família permanece no interior e envia as filhas jovens para a cidade com o intuito de estudar e trabalhar em *casa de família*. Essa ainda é uma prática recorrente em Santarém. A família proporciona casa, comida e estudo para a moça, e esta desenvolve tarefas domésticas e de cuidado com as crianças. Raramente essas moças recebem um salário em dinheiro, o que dificulta a sua saída dessa condição de trabalho, e como as tarefas são intensas muitas dessas moças não conseguem conciliar os estudos com o trabalho, por isso acabam abandonando a escola.

Ao mudar para a cidade de Santarém, essas mulheres passam a desenvolver ofícios que aprenderam na infância, e acabam desempenhando atividades como: cozinheiras, empregadas domésticas, lavadeiras, babás e vendedoras em lojas no centro da cidade. Ao estabelecer vínculo empregatício, torna-se necessário aperfeiçoamento dos conhecimentos.

Esse aperfeiçoamento pode ser adquirido na execução diária da atividade, ou também com o auxílio da patroa, que lhe ensina a forma adequada de colocar os talheres na mesa, como servir corretamente a comida ou como preparar receitas mais sofisticadas. Isso pode ser observado na fala a seguir: “*Eu aprendi a cozinhar*

pequena ainda, com a minha mãe, mas era comida simples, de todo dia. Aí quando comecei a trabalhar como doméstica, em cada casa em que eu trabalhava eu aprendi um jeito diferente, uma receita nova, foi assim que eu fui aprendendo". (Teresa – 04/06/2011)

As mulheres que “botam banca” afirmam que uma fonte para aprender novas receitas são revistas de culinária ou até mesmo as embalagens de produtos que trazem sugestões de como utilizar tal ingrediente. Essas fontes de aprendizado permitem à mulher diversificar as receitas que serão vendidas na banca. É comum elas recortarem a receita da embalagem e colarem em cadernos de receitas, havia também o costume de copiar receitas que apareciam em programas da televisão ou rádio.

Após o nascimento dos filhos torna-se difícil a permanência das mulheres no mercado de trabalho, pois, os seus vínculos empregatícios se davam por vias informais e não lhes conferiam direitos trabalhistas como licença maternidade, por exemplo. Além disso, serviços de creches não são de fácil acesso e grande parte das mulheres demonstra receio de deixar os filhos sob os cuidados de terceiros. Segundo Maria Isabel: “Eu consegui ficar trabalhando no centro por um ano e pouco, era uma lojinha de roupas. Só que depois que eu tive filho não tive mais como trabalhar fora de casa.”.

Nesse contexto, as mulheres encontram no “botar banca” um trabalho possível, pois trata-se de um ofício que pode ser desenvolvido na residência, permite um horário de trabalho mais flexível, não necessita de grande investimento financeiro para iniciar e as mulheres acionam um conhecimento que já possuem.

2.3 Trabalho Remunerado e o Cuidado com os Filhos

Os filhos das entrevistadas são jovens ou adultos, mas a maioria das mulheres iniciou na atividade econômica de “botar banca” quando os filhos ainda eram recém-nascidos ou com idades inferiores a 10 anos, e nesse momento elas eram as principais responsáveis pela criação dos filhos¹².

¹² O grupo doméstico é o primeiro lugar de socialização. E quando os filhos são pequenos as mulheres são as principais responsáveis pela criação e educação dos mesmos.

Apesar de existirem alternativas para essas mulheres deixarem os seus filhos em creches, babás ou até mesmo sob cuidado de familiares para exercer atividades econômicas fora do ambiente familiar, as mulheres entrevistadas ao estabelecerem relações conjugais optam por se dedicar à criação dos filhos e ao grupo familiar. A opção de se dedicar ao cuidado da família não anula a possibilidade dessas mulheres de desenvolverem atividades econômicas em suas casas, seja para evitar o empobrecimento das famílias, para alcançar algum intento ou até mesmo como forma de socialização.

Assim, mulheres acabam elegendo atividades que possuam um horário flexível, funcionem no domicílio e que acionem conhecimentos que elas já tenham. Dessa forma, o “botar banca” é uma atividade viável para essas mulheres, uma vez que elas adquiriram na infância o conhecimento necessário a execução da atividade, e para iniciar a fabricação dos alimentos não é necessário grande investimento financeiro: pode-se economizar o dinheiro, pedir ajuda ao cônjuge ou familiares etc. Em pesquisa anterior percebi que:

“Nesse contexto, o “botar banca” surge como uma dessas atividades, que permite às mulheres assegurar obtenção de rendimentos fundamentais ao sentimento de autonomia familiar, e negociar a simultaneidade do uso dos tempos dedicados às duas atividades, trabalho e cuidado com a família. Assim, o fato de trabalhar na própria casa permite a essas mulheres administrar o tempo de trabalho de modo a atender tanto às necessidades familiares quanto à atividade econômica, podendo então interromper o serviço doméstico para levar os filhos para a escola ou médico, podem cozinhar e cuidar dos filhos pequenos ou limpar a casa” (REIS, 2016, p. 20).

Ao indagar os motivos que levaram tais mulheres a “botar banca”, os mais destacados são a flexibilidade que a atividade econômica fornece, pois os dias e horários de trabalho são determinados pela mulher, e em caso de doença ou imprevisto ela pode fechar mais cedo ou até mesmo não abrir. O “botar banca” também possibilita o acompanhamento dos filhos, sem que seja preciso recorrer a creches ou babás. Além disso, fornece à mulher um rendimento próprio com ou sem finalidade definida.

Um exemplo de mulher que iniciou o “botar banca” como forma de alcançar um objetivo é Maria Antônia, de 67 anos, casada há 47 anos. Ela possui três filhas e três filhos, com idades entre 36 e 46 anos, e começou a atividade econômica para ajudar as suas filhas a ganharem o concurso de Miss da sua escola:

“Aí eu botei a banca pra poder ajudar, pra conseguir dinheiro para elas ganharem o concurso de miss da escola. Aí elas ganharam, todas elas ganharam. Depois que acabou o concurso, eu fiquei comprando as coisas que precisavam pra banca, e com o dinheiro que sobrava eu comprava as coisas pra gente, pra mim e as minhas filhas. Eu comecei querendo que as meninas ganhassem o concurso de miss, mas depois eu fui gostando de ganhar o dinheiro, né? Aí fiquei trabalhando” Maria Antônia - 05/12/2014).

Os objetivos são variados. Algumas iniciam a atividade para ajudar a custear a educação dos filhos, para sanar uma dívida, para comparar determinado objeto ou visando juntar dinheiro e investir na construção ou reforma da casa. É comum as interlocutoras mostrarem orgulhosas a geladeira ou a reforma que conseguiram realizar com o rendimento acumulado com o ofício de venda de comida.

Além de “botar banca”, é muito comum que as entrevistadas desenvolvam também outra atividade econômica, como por exemplo vender produtos de catálogos como Avon ou Natura; vender peças de crochê ou tricô; costurar e/ou remendar roupas; vender galinhas que elas criam no quintal da casa etc. Nesse sentido, a banca favorece a execução dessas outras atividades.

Para essas mulheres que desenvolvem diversas atividades econômicas ao mesmo tempo, não existe uma necessidade em nomear a atividade econômica aqui chamada de “botar banca”. Ao indagar qual o nome do ofício que as interlocutoras estavam praticando surgiram respostas como “*eu trabalho com isso, vendendo comida na banca*” ou “*meu trabalho é esse, botar essa banca para fora, vender comida e depois colocar a banca para dentro*”. Um fator que me chamou a atenção e que demonstra como essas mulheres não estão preocupadas com dar nome ao trabalho, foi que apesar de quase todas as interlocutoras venderem tacacá dentre as outras comidas, nenhuma delas se considera tacacazeira.

2.4 O Duplo Sentido do “Botar Banca”

Certa vez, durante o trabalho de campo, ouvi uma frase que me chamou a atenção. O esposo de Maria Santana disse em frente a uns amigos: “*porque aqui em casa sou eu que mando!*”. Confesso que observei com atenção a reação de dona Maria Santana, mas ela apenas riu e concordou, e ainda disse “*é verdade. Ele é quem manda, e também é quem mantém a casa!*”. Apesar do que foi dito, o clima no

ambiente não era de tensão, e ficou totalmente descontraído depois da fala de Maria Santana.

Passado algum tempo, quando eu estava sozinha com dona Santana, perguntei se era verdade, se o marido dela realmente mandava na casa. Novamente ela sorriu e dessa vez respondeu baixinho: *“minha filha, ele diz que manda, e eu digo que ele manda mesmo! Ele fica feliz achando que manda, e eu fico feliz sabendo que quem manda sou eu. Quem manda de verdade, quem fala ou quem faz? Eu não ligo pra isso, ele sai pra trabalhar e eu que fico em casa, faço tudo do meu jeito, crio os meninos do meu jeito e ele nem sabe de nada.*

Apesar do seu esposo lhe dizer como fazer as tarefas e como lidar com os filhos, é dona Maria Santana quem fica em casa e, longe dos olhos dele, ela realiza as atividades da forma que considera adequada. Além disso, ao colocar ele no papel de provedor da família, ele tem o seu status social aumentado perante os amigos, e ao mesmo tempo, é atraída para ele a responsabilidade de manter a casa. Dessa forma, o dinheiro adquirido por Maria Santana com o “botar banca” é apenas para atender às suas demandas individuais.

Durante os anos que passei conversando e entrevistando as mulheres que “botam banca” ouvi diversas estratégias eficazes que conferem à mulher certo poder e controle dos membros do grupo familiar. Um exemplo disso é Silvana, 52 anos, nascida no interior de Santarém, bota banca há 7 anos. Segundo ela: *“O homem é a cabeça, mas eu sou o pescoço! A cabeça só vai para onde o pescoço leva!”*, ou seja, apesar do homem ser considerado o chefe de família, “a fala de Silvana demonstra que as decisões dele passam por ela, e são determinadas segundo o seu direcionamento.

Algo interessante na fala de Maria Santana é que ela, assim como muitas outras mulheres que “botam banca”, atribui ao marido a função de provedor da casa, embora elas ganhem tanto ou até mais do que eles. Ao indagar os motivos disso percebi que as mulheres consideram que o homem deve ser responsável por cuidar da família, e quando elas passam a obter mais rendimento do que seus esposos, o homem sente que a sua imagem social foi afetada, o que gera conflitos intrafamiliares.

Outro caso é o de Isaura, 57 anos, casada, nasceu na região de Prainha, e “bota banca” há 17 anos, tal situação ajudou na compreensão das estratégias usadas pelas mulheres na gestão do dinheiro conseguido com o “botar banca”. Segundo ela: *“eu vou pegando o meu dinheiro e juntando. Como o meu marido olha a banquinha*

simplesinha aqui na frente, ele pensa que eu não consigo quase nada com a venda das comidas. Aí eu vou e fico juntando o meu dinheiro e toda vez que eu preciso de alguma coisa eu peço pra ele.

Isaura conta também que sabe quanto é o salário do esposo, e aproveita isso para exercer certo controle sobre o que ele gasta, por exemplo, ao saber quanto custa as despesas mensais, ela calcula o dinheiro que resta após o pagamento dessas contas, e coloca novas demandas para que ele gaste o dinheiro, como mandar fazer uma roupa, fazer um pequeno reparo na casa, pagar os pedidos que ela fez em catálogos como Avon, Natura etc. Assim, ela esgota o dinheiro extra do esposo, como forma de impedir que ele saia com os amigos para beber.

Isaura se considera uma mulher ciumenta, e conta que nos bares sempre tem mulheres que não se importam em dar em cima de homens casados, “*essas mulheres não valem nada*” e segundo Isaura: “*Eu sei quanto ele ganha, aí eu gasto o dinheiro dele todinho, compro comida, compro coisa para os meus netos. Ele reclama: “e cadê o teu dinheiro?”, e eu respondo “tu sabes que é pouquinho, não dá pra nada”.*

Quando eu perguntei o porquê ela gastava o dinheiro do marido enquanto economizava o seu rendimento, obtive a seguinte resposta: “*eu aprendi com a minha mãe que homem não pode ter dinheiro. Se ele souber que eu posso comprar as minhas coisas aí ele não vai me dar dinheiro mais e vai gastar por aí com bebida, com outras mulheres*”. A fala de Isaura revela que, a sua aparente dependência financeira do esposo, é uma forma de exercer controle sobre ele, e evitar que ele venha a frequentar locais que não lhe agrada ou que venha a ter dinheiro para sair com outras mulheres.

Direcionar as escolhas do esposo é um movimento sutil, que precisa ser realizado cuidadosamente para que ele não perceba que está sendo guiado. Como diz Silvana, o segredo é “*ele achar que foi ele que pensou, que ele que manda, mas aí eu vou lá colocando uma ideiazinha aqui, outra ali*”. Algo muito comum é que os homens não gostam que as suas esposas forneçam coisas para a sua família – pais, irmãos e sobrinhos. Nesses casos, a mulher tende a esconder o valor que obtém com o trabalho na banca”, ou retira do valor final pequenas quantias e junta esse dinheiro para dar à sua família.

Existem casos de enfrentamento direto, principalmente quando o tema em questão é a família, Antônia comentou que o seu esposo, antes de falecer,

costumava falar “mulher, a gente nunca vai ter nada na vida, porque eu trabalho pra gente, e você trabalha pra você e a sua mãe”. Antônia sempre brigava com o esposo dizia que “nós” era ele, ela e a sua mãe Alice, e que qualquer coisa que ele dissesse contra a mãe dela, “se a minha mãe viesse visitar a gente, e ele pelo menos olhasse feio pra ela, eu ia fazer um escândalo e deixar ele”.

À primeira vista, a ideia que temos é de que essas mulheres estão em uma situação de dependência ou submissão com relação ao marido, mas na realidade elas possuem a sua própria forma de exercer controle relativo no ambiente doméstico, sem deixar de atender ao ideal socialmente estabelecido de como deve ser a conduta feminina, tanto no âmbito do privado, como no âmbito do público. Como adquiriram certa autonomia financeira, estas mulheres podem investir na compra de bens, de pequeno custo, para si, seus filhos ou para a casa. Tal autonomia não significa uma independência no sentido de emancipação da mulher perante o marido, mas a ampliação dos recursos econômicos do grupo familiar.

Assim, concluo que existe um duplo sentido no termo “botar banca”. Ele pode se referir a atividade econômica de venda de comida, e um segundo sentido, o “botar banca” pode significar que estas mulheres estão se impondo e/ou assumindo a condição de autoridade, mesmo que relativa, nas relações sociais e familiares que estão inseridas, sobretudo na esfera doméstica/familiar.

2.5 “Um Dinheirinho a mais”: As Lógicas Econômicas das Mulheres que “Botam Banca”

De acordo com Carvalho (1981), embora as lógicas econômicas do sistema capitalista sejam predominantes na atualidade, elas não representam uma racionalidade universal, pois não são as únicas possíveis ou eficazes.

No que concerne aos sistemas econômicos, diversas etnografias destacam exemplos de grupos que não visam a maximização da produção, mas se baseiam em relações sociais, de prestígio, parentesco etc. Segundo Carvalho (1981, p.8):

Aos poucos o objeto da antropologia econômica passa a se definir como análise comparada de todos os sistemas reais e possíveis. Afastado das concepções formalistas, que pretendiam a universalidade do comportamento econômico e do substantivismo empirista de K. Polanyi, G. Dalton e outros, o econômico ganhava nova significação não só porque se define como

produção, repartição e consumo de bens materiais, mas como domínio de atividades particulares e aspectos articular de todas as atividades humanas que constituem a totalidade da vida social (CARVALHO, 1981, p.8).

O modelo econômico capitalista, apesar de ser predominante, não é o único existente, pois existem sociedades ao redor do mundo que possuem lógicas econômicas distintas. Um exemplo disso são as mulheres que “colocam banca”. Estas não seguem regras rígidas de mercado ou cálculos específicos de produção, típicos de uma economia capitalista, mas se valem de outros cálculos para manter os seus rendimentos. Conforme pode ser visto na fala a seguir:

Eu penso assim: a goma é cara, o camarão é caro. Eu vejo o preço desses ingredientes, aí eu vejo quanto fica pra eu comprar todos os materiais pra fazer o tacacá e quanto eu vou ter que vender para conseguir o dinheiro dos materiais de volta e mais um dinheirinho pra mim (Antônia - 05/12/2014).

Para saber como atribuir valor ao seu produto, Antônia soma o custo total dos ingredientes e divide pelo tanto de produtos que ela precisa vender para conseguir o dinheiro investido de volta. Depois disso, acrescenta um “dinheirinho” a mais, para que ela consiga um valor um pouco maior do que foi investido.

Ao atribuírem valor ao produto, as mulheres não consideram todos os custos para a fabricação dos alimentos. Nesta seara, a água utilizada em todo o processo, a energia elétrica, o valor gasto com o deslocamento até a feira ou supermercado e a força de trabalho delas não são contabilizados.

A mulher que vai à feira comprar ingredientes para o preparo das comidas que serão servidas na banca, compra também ingredientes que serão servidos nas refeições familiares. Do mesmo modo que em algumas situações o arroz da casa é feito com o arroz que será servido na banca, ou a família pode almoçar o vatapá que sobrou da banca do dia anterior.

Devido à permeabilidade entre os produtos destinados à atividade econômica e os produtos destinados ao consumo doméstico, essas mulheres têm muita dificuldade em calcular com exatidão os fatores produtivos. Isso pode ser visto na fala a seguir: “O meu pai que vai comprar as coisas no açougue e ele já traz o almoço também” (Sara, 04/06/2011).

De acordo com Chayanov (1981), para obter a lucratividade econômica é necessário calcular a receita bruta (todo o valor arrecadado com a atividade) menos os custos (compra dos materiais, transporte, energia, pagamento de funcionários,

impostos, força de trabalho etc.). E o resultado disso tem que ser maior do que todo o capital investido, levando em consideração a taxa de juros predominante no país. Segundo o mesmo autor:

A teoria econômica da sociedade capitalista é um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são fundamentalmente interdependentes. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem o seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente. (CHAYANOV, 1981, p.136)

Podemos observar que o conteúdo teórico de algumas categorias como renda, lucro, salário, que são típicas do sistema de produção capitalista, não podem ser aplicados na forma econômica das mulheres que “colocam banca”, o que faz com que outras categorias de nosso sistema econômico, que são conceitualmente vinculadas, desapareçam também.

Embora as mulheres que “botam banca” estejam inseridas em uma sociedade capitalista, elas não estão apoiadas nos princípios e regras da economia capitalista, uma vez que as mulheres não seguem as regras rígidas de mercado ou cálculos específicos de produção, mas elas se valem de outros cálculos para manter os seus rendimentos.

As sobras também não contabilizadas, estas podem ser de vários tipos. Existem as sobras que ficam no prato do freguês, estas podem ser jogadas fora ou utilizadas para alimentar os animais da família, sejam gatos cachorros, galinhas, patos ou porcos.

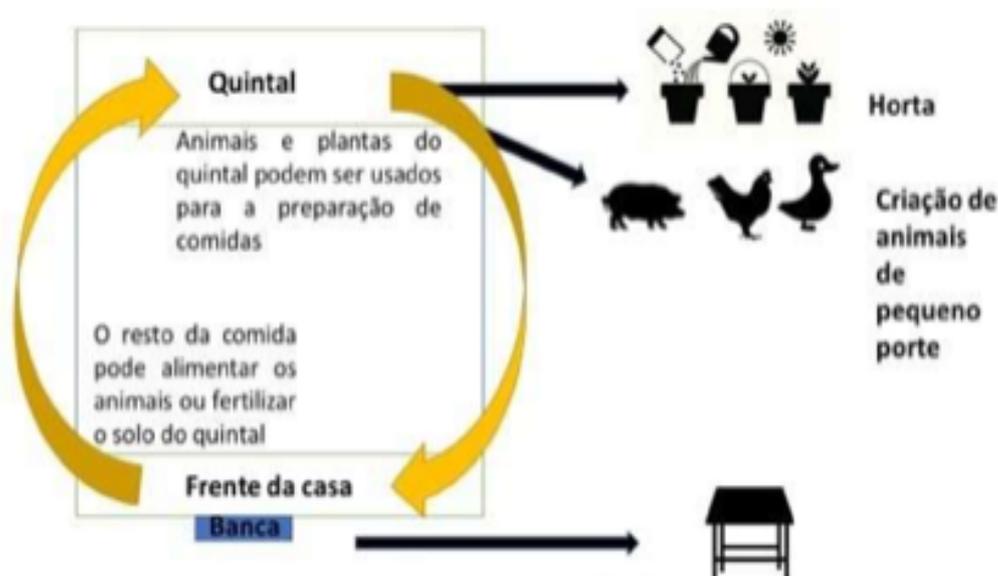
Como se trata de famílias pobres, que em sua maioria vieram de zonas rurais de Santarém e se instalaram em bairros periféricos, essas pessoas, apesar de “estarem na cidade”, ainda mantêm características camponesas como, por exemplo, a criação de animais de pequeno porte no quintal da casa ou o cultivo de pequenas hortas.

A criação ou cultivo no quintal da casa, conciliados com o “botar banca”, criam um movimento de “ida” e “volta” dos recursos e sobras. Nesse sentido, os animais e plantas que são criados no quintal são vendidos ou consumidos pelo grupo doméstico, e podem servir para a preparação das comidas que serão servidas na banca em frente à residência.

Em contrapartida, as sobras das comidas que ficam nos pratos dos clientes podem ser utilizadas para alimentar os animais criados no quintal ou, em alguns casos,

como as cascas das frutas, podem ser usadas para fertilizar o solo onde está localizada a horta. Como pode ser exemplificado no esquema abaixo:

Figura 11 – Movimento de ida e volta das sobras.



Fonte: Autora, 2018.

Ademais desta forma de utilização das sobras, é importante ressaltar a existência de um outro tipo de sobra, sendo estas as comidas que não são vendidas no mesmo dia. Nestes casos, os alimentos não vendidos podem ser consumidos pela família no mesmo dia ou como almoço do dia seguinte. Dessa forma, grande parte das sobras é incorporada pela família, reduzindo a quantidade de restos descartados pela impossibilidade de serem aproveitados.

Assim, compreende-se que as esferas do doméstico e do econômico são permeáveis, o que dificulta quantificar com exatidão os fatores necessários para a produção das comidas do “botar banca”. Apesar disso, as mulheres que “botam banca” possuem formas eficientes de contabilizar e otimizar os seus rendimentos, através do movimento de incorporação das sobras que são usadas para diversos fins, como fertilizar o solo e alimentar os animais.

Apesar de cada prato ter valor e quantidade pré-definidos, em alguns casos essas medidas podem ser adequadas ao gosto do cliente, de modo que a mulher pode

colocar um pouco mais ou um pouco menos, dar um desconto, ou negociar com o cliente, o que também dificulta a precisão na hora de contabilizar as entradas e saídas.

Para o tacacá eu coloco três conchas de tucupi e uma de goma, duas colheres de jambu e uns 7 camarões, mas se o cliente quiser eu posso colocar mais ou menos goma, posso misturar o tucupi doce e o azedo. Tem gente que não gosta de tucupi muito quente, aí eu não deixo ferver, deixo só meio morno. . . (Rosa - 13/03/2014).

A fala de Delzanita, 43 anos, dona de uma banca de comidas típicas, ao se referir ao preparo do vatapá, exemplifica como a lógica das interlocutoras é eficaz. Aqui, percebe-se a criatividade e a otimização dos recursos disponíveis no processo de elaboração dessas comidas:

O vatapá de verdade é feito com camarão, mas o camarão é reimoso e tem muita gente que não pode comer, fora que ele é bem caro também, por causa disso começaram a fazer o vatapá de frango, que tá dando muito certo. É muito difícil ver vatapá de frango em ponto turístico ou em lugar de gente chique. O vatapá de frango é mais de pessoas pobres. Sempre tem em aniversário, casamento. . . tudo quanto é festa! Porque ele é barato, todo mundo gosta e enche bastante (Delzanita, 23/06/2014).

Na entrevista acima pode-se ver que, segundo Delzanita, a receita tradicional do vatapá, consumida em lugares mais elitizados, é feita com camarão, porém, por conta do alto preço desse ingrediente, ele foi substituído por frango, que é mais barato e “enche mais”, ou seja, é um recurso economicamente viável para famílias mais pobres.

Raramente as mulheres que “botam banca” utilizam anotações para gerir sua atividade econômica, isso só foi visto em dois casos. Em ambos os casos, as anotações estavam confusas e riscadas, mas faziam sentido para as interlocutoras, que se prontificaram a me fornecer uma explicação prolongada para que eu compreendesse a lógica utilizada por elas e escrita no papel.

Na primeira situação, a dona Joana me explicou da seguinte forma: “Eu sou analfabeta, quase analfabeta, sei contar e sei escrever uma coisa ou outra. . . eu uso esse caderno para ter um controle de quanto fiz e de quanto eu vendi, até porque eu já tô velha, vivo esquecendo das coisas”. Joana não permitiu que eu tirasse foto do caderno de anotações dela porque diz ter vergonha da letra feia. Por conta disso, fiz uma tabela para demonstrar a racionalidade econômica de Joana:

Figura 12: Racionalidade Econômica de Joana

Bolo	05	05	05	05	05	05
Salgado	02	02	02	02	02	02

Autora, 2016.

Joana escreve os produtos que serão vendidos no dia, a quantidade e preço de cada um deles. Por exemplo, em um dia de trabalho, Joana faz um bolo e o divide em seis fatias, cada fatia será vendida por cinco reais. Então ela escreve no papel 5 reais, seis vezes. Ela faz a mesma coisa com o salgado e as demais comidas. A medida em que vende cada item risca do caderno as fatias ou unidades que foram vendidos, como pode ser exemplificado a seguir:

Figura 13: Racionalidade Econômica de Joana II

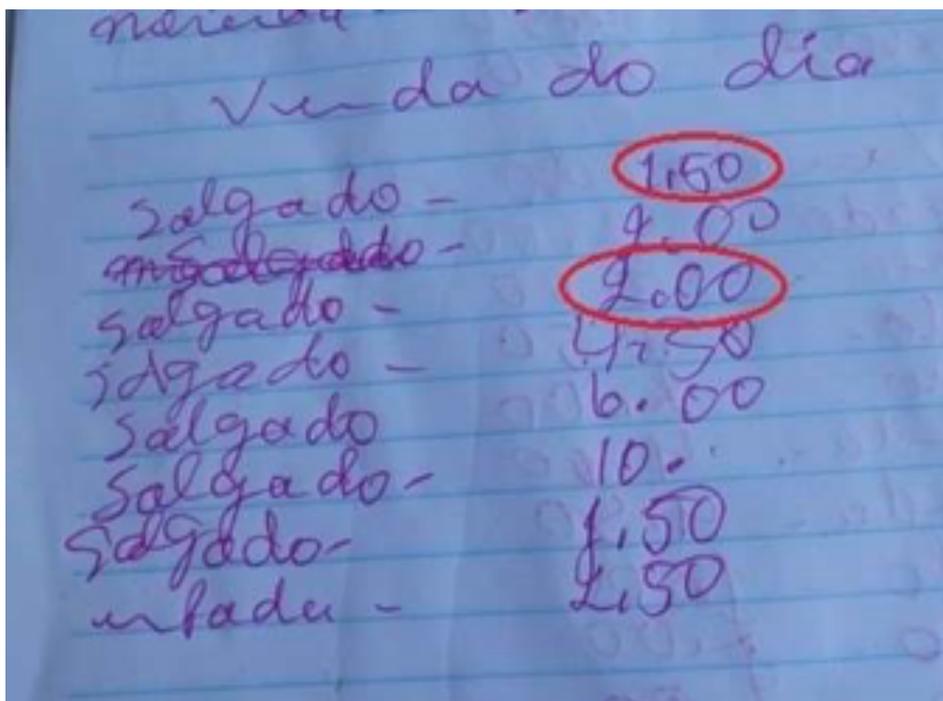
Bolo	05	05	05	05	05	05
Salgado	02	02	02	02	02	02

Autora, 2016.

No final do dia, por exemplo, Joana saberá que vendeu quatro fatias de bolo por 5 reais e dois salgados por 2 reais. Com essa forma de gerir o seu rendimento, Joana consegue controlar a quantidade de produtos vendidos, sabe ao certo a quantidade de fatias de bolo, cuias de tacacá ou copos de suco. Ela faz isso com todos os pratos que vende em sua banca, e depois anota o valor final do que foi ganho no dia. Ao iniciar um novo dia, ela risca a anotação anterior e escreve embaixo nova tabela, de acordo com o que será vendido naquele dia.

Já dona Rosa anota o produto que foi vendido e o preço recebido. Ao contrário de Joana, essas anotações não são fixas e levam em consideração as negociações com o cliente, como pode ser visto na imagem a seguir:

Figura 14 – Caderno de anotações da entrevistada



Autora, 2017.

No primeiro caso, circulado em vermelho, o salgado foi comercializado a um real e cinquenta centavos, enquanto no segundo círculo, o salgado foi vendido por dois reais. Isso mostra que existe fluidez na negociação dos preços e que ela consegue passar isso para as suas anotações. Em alguns casos, ao lado do salgado estão escritos valores mais altos, como seis ou dez reais. Isso significa que foi vendido mais de um salgado para a mesma pessoa.

Outra técnica utilizada com frequência pelas mulheres entrevistadas é o uso de envelopes para fazer o controle financeiro mensal. Elas separam alguns envelopes e escrevem neles o nome de contas ou coisas que desejam adquirir, como, por exemplo, aluguel, energia, uma geladeira nova, material escolar para os filhos ou netos, dentre outros. Desta forma, à medida em que ganham dinheiro com a venda da comida, essas mulheres preenchem aos poucos os envelopes, até conseguirem alcançar o valor necessário.

2.6 Trabalho e Ajuda

De acordo com Bourdieu (2011, p.8), a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a

ponto de ser inevitável. Tais diferenças estão inseridas no mundo social, tanto em estado objetivado quanto no estado incorporado, dessa forma existem objetos, locais e tarefas consideradas masculinas ou femininas, assim como existe comportamento considerado apropriado aos sexos, que moldam o *habitus* das pessoas. Esses esquemas raramente são percebidos pois estão situados na esfera simbólica. Segundo o mesmo autor:

“a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, realidade da ordem social.” (BOURDIEU, 2011, p. 9).

Segundo Mathieu, (1991), Tabet, (1998) e Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho é apenas uma forma de divisão do trabalho social, porém, ela esconde uma relação de poder, onde a mulher é subalternizada com relação ao homem. E a manutenção dessa hierarquia se justifica, como diz Bourdieu, no fato de dispensar justificação.

As diferenças anatômicas entre os corpos femininos e masculinos têm servido como justificativa “natural” para marcar diferenças socialmente construídas, estas se expressam especialmente na forma da divisão sexual do trabalho. Onde cabe ao homem atividades voltadas para produção e a mulher a atividades relacionadas à reprodução. Assim, em diversas sociedades o local do homem é fora vendo e sendo visto, trabalhando nos campos e ambientes externos, enquanto a mulher deve ficar no ambiente interno, do lar, e se preocupar com o cuidado da família e dos filhos.

O discurso social tende a classificar os trabalhos desenvolvidos por homens como sendo "pesados" e o trabalho feminino como sendo "leve". Tal classificação é arbitrária por três fatores, primeiro porque se apoia na premissa de que biologicamente a mulher não possui a mesma condição física, destreza ou força que o homem, em segundo lugar pelo fato de menosprezar o trabalho ao considerá-lo

mais leve apesar de muitas vezes não ser, e em terceiro lugar, por invisibilizar o trabalho feminino e infantil através do uso de categoria “ajuda”.

De acordo com Brumer (2004), diversos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, realizados com agricultores revelam que de modo geral, o trabalho das mulheres e crianças “ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles” (p. 210)

A classificação dos trabalhos como “pesado” ou “leve” são relativamente e culturalmente determinados, uma vez que a mulher desenvolve longas jornadas de trabalhos domésticos de cuidado com a casa, filhos, marido, e idosos do grupo familiar, além de “ajudar o homem” na lavoura, colheita, limpeza do solo, dentre outras atividades. Assim, para Brumer (2004) o trabalho “leve” não está relacionado necessariamente a força, tempo de duração ou demais características, mas a baixa remuneração e a posição inferiorizada que ocupa na hierarquia familiar. A mesma autora afirma que:

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher), (BRUMER, 2004, p.1).

A divisão sexual do trabalho, por se tratar de algo construído socialmente, não é rígida ou imutável, pelo contrário, varia de acordo com o tempo e contexto histórico. Segundo Milkman (1987) e Brumer (2004) uma tarefa considerada masculina, pode ser tipicamente feminina em outro contexto cultural. Dessa forma existem trabalhos associados a mulheres e trabalhos associados ao homem, mas essas associações são culturais e o trabalho em si independe do gênero do trabalhador.

No caso das mulheres que “botam banca” em Santarém, observou-se que estas desenvolvem diversos trabalhos não remunerados, como a limpeza da casa, criação dos filhos, alimentação da família, cuidado de animais como patos e galinhas, cuidado de hortas, entre outros. Apesar disso, ao indagar qual era o trabalho desenvolvido por elas, a maior parte das interlocutoras respondia: “*eu não trabalho*”, mas bastava poucos minutos de observação para perceber que tal resposta significava apenas que o trabalho desenvolvido por elas não era remunerado, mas

exercido como sendo natural da mulher, seja em nome da maternidade ou da característica sentimental típica das mulheres.

Dessa forma evidencia-se que a mulher que “bota banca”, apesar de possuir um trabalho pouco valorizado pela família, que considera o rendimento obtido com a atividade apenas uma “ajuda” para a família, possui uma dupla jornada de trabalho, pois estas conciliam o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, mesmo que exercido em casa, e muitas das vezes chegam a obter rendimento igual ou superior ao do seu cônjuge. Embora isso aconteça, elas tendem a colocar o homem como provedor da família e colocam o seu trabalho como uma “ajuda”.

Vale lembrar que as mulheres possuem a compreensão do “peso” do seu trabalho, e constantemente dizem coisas como “*o trabalho doméstico nunca acaba, você trabalha o dia todo e ninguém percebe*”, essa fala denuncia as longas jornadas de trabalho desenvolvidas por elas, assim como a pouca valorização do trabalho feminino realizado no ambiente familiar.

CAPÍTULO 03 Gênero, Trabalho e Violência

3.1 Gênero e Violência

Para Grossi (1998), as manifestações sociais que ocorreram nos anos 1960¹³ provocaram intensas transformações sociais que suscitaram o debate acerca do lugar da mulher na sociedade. Pedro (2005), destaca que as reivindicações femininas nesse primeiro momento buscavam a garantia de direitos políticos, como voto, estudo, trabalho remunerado, direito à herança e propriedade. Já no segundo momento, os movimentos feministas e das mulheres passaram a priorizar as lutas pelo direito ao corpo, como o sexo visando o prazer e não apenas a reprodução, além de direito ao aborto etc.

O termo utilizado durante o início do movimento feminista era “mulher”, em oposição ao termo generalista “homem”, pensava-se que as mulheres eram unidas por similaridades biológicas como seios, ovários e útero. Contudo, tornou-se evidente que apesar das similaridades biológicas, havia grande diversidade de pautas dentro do movimento feminista, o que fez com que a categoria “mulher” fosse substituída por “mulheres”, na tentativa de democratizar o coletivo. De acordo com Pedro (2005):

Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas (PEDRO, 2005, p.82).

A vinculação do “ser mulher” à fatores biológicos propiciava o determinismo, levando a crer que certos gostos, vestimentas, sentimentos, gestos e outros fatores eram “femininos por natureza”. Por conta disso, passou-se a utilizar o termo gênero para se referir a construção histórica e social que cria os papéis feminino e masculino, enquanto o termo “mulher” passou a ser associado a categoria “sexo”.

¹³ movimento Hippie, os panteras negras, luta contra a guerra no Vietnã, revolução sexual, e no Brasil a ditadura militar

Héritier (1996), Grossi (1998), Scott (1998), Giddens (2005) referem-se ao termo sexo como sendo as “diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino”. Enquanto o termo gênero, “diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres”. Assim, para esses autores, gênero é uma categoria historicamente construída que serve para conferir sentido a diferença existente entre os sexos, e só existe na relação entre homens e mulheres. Acerca da definição de gênero Grossi (1998) afirma que:

“Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo” (GROSSI, 1998, p.6).

Tornava-se evidente dentro do debate acadêmico que o gênero é algo que está em constante mudança “em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz que o gênero é mutável”. (GROSSI, 1998, p.7).

Com isso compreende-se duas coisas: primeiramente, que gênero e sexo não são as mesmas coisas. E em segundo lugar, que as diferenças existentes entre homens e mulheres não são determinadas biologicamente, mas sim, culturalmente produzidas através da “*socialização do gênero*”.

Segundo Giddens (2005) “*socialização do gênero*” é a forma como se dá a aprendizagem dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Isso ocorre com o auxílio de organismos sociais, como a família, escola e a mídia. “Nesse processo, os indivíduos são guiados por sanções positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o comportamento”. (GIDDENS, 2005, p.105).

O que Giddens chama de socialização de gênero, Grossi (1998) classifica como “*papel de gênero*”, para ele o papel social é uma representação parecida com os papéis que os atores desenvolvem nas peças teatrais. Esse papel é associado ao sexo biológico, e muda de uma cultura para a outra. Segundo a mesma autora:

De forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma

cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (GROSSI, 1998, p.12).

No Brasil, iniciou-se os estudos das relações de gênero no início nos anos de 1970, partindo do debate internacional que reconhecia a diferença entre as mulheres no interior do movimento. As investigações centrais giravam em torno das mulheres em condição de dupla dominação: de classe e sexo. Assim estudavam-se as mulheres camponesas, empregadas domésticas, operárias etc.

Conforme Grossi (1998, p.296), “nesse período a categoria “violência contra a mulher” passou a fazer parte do senso comum a partir de mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “por amor” e em “defesa da honra”.” Segundo a autora:

“As lutas se ampliaram no início dos anos 80. Para a denúncia do espancamento e dos maus tratos conjugais, impulsionando a criação de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Os grupos SOS mulher e, posteriormente, a criação, por parte do estado, de delegacias especiais, de atendimento de mulheres, referência mundial no campo das políticas públicas referente às mulheres. Hoje, nessas delegacias, é considerado violência contra a mulher todo e qualquer ato agressivo que possa ser aferido no boletim do instituto médico legal, ou seja, assassinatos, lesões corporais fruto de espancamento, estupro etc.” (GROSSI, 1998, p.296).

Grossi (1998, p. 297), utiliza Sonia Felipe ao distinguir os conceitos de violência e agressão, para ela “agressão implica e permite revide. É um ato onde não há uma distinção nítida entre sujeito e vítima da violência, uma vez que a vítima pode responder, por sua vez, à violência que sofreu”, já violência “é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando e impedindo de reagir.

Grossi (2006, p.11), ao analisar gênero e violência no Brasil, indicou a existência de duas correntes teóricas: “de um lado, identificava uma matriz feminista marxista e feminista radical, que compreendia a violência masculina como um reflexo do patriarcado e da dominação masculina”, e de outro, observou uma “corrente teórica feminista mais relativa que via violência como parte de um complexo jogo de dominação/submissão no bojo das relações de gênero”.

Ao iniciar a pesquisa não imaginei que ouviria tantos relatos sobre violência, pode-se dizer que a trajetórias das interlocutoras é marcada por situações de violência dentro e fora da família. Os primeiros relatos sobre e violência surgiram em

falas sobre o medo de deixar as crianças em creches ou aos cuidados de outras pessoas, esse é um argumento recorrente quando pergunto os motivos que levaram as mulheres a optarem por realizar atividades econômicas dentro das suas casas. Isso pode ser visto na fala a seguir:

“Eu não deixava meus filhos com babá. Não, eu sempre fui desconfiada, sabe? Passa tanta coisa na televisão...! Uma coisa que eu decidi foi que eu nunca ia deixar os meus filhos com estranhos, porque eu tenho medo que alguma coisa aconteça com eles. Quem eu ainda confio é na minha mãe e na minha sogra pra olhar eles, mas eu só deixo eles lá na casa delas quando eu realmente não posso levar eles pra onde eu vou”. (Entrevistada 3 - 28/04/2012)

O trecho acima exemplifica o receio que as interlocutoras têm em deixar os filhos em creches ou ao cuidado de outras pessoas, por medo dessas crianças sofrerem agressões físicas e emocionais.

Em geral, as mulheres entrevistadas não confiam em deixar os seus filhos com os parentes, com exceção da avó paterna e materna, irmãs da avó materna e irmãs da mãe que podem ficar responsáveis pelas crianças caso haja necessidade. Apesar disso, a fala acima exemplifica o comportamento das interlocutoras que na maior parte do tempo carregam os seus filhos “para cima e para baixo”

Esse comportamento contempla as mulheres desenvolvem outras atividades econômicas, uma frase muito recorrente no trabalho de campo é “o meu filho foi criado embaixo do balcão”, o que significa que a criança cresceu frequentando o ambiente de trabalho da mãe, é possível ver colchonete embaixo de alguns balcões de lanchonetes ou até mesmo de vendas de roupas, padarias dentre outras.

Casos em que a mulher leva os filhos para o ambiente de trabalho são comuns entre mulheres divorciadas ou viúvas, que não encontram uma alternativa além de trabalhar e cuidar dos filhos pequenos. Antônia, por exemplo, ficou viúva quando a sua filha tinha dois anos de idade, nessa época ela morava longe da família e não conseguiu alguém confiável para deixar a criança. Então passou a levá-la consigo para todos os lugares. Como Antônia sofreu diversas tentativas de abuso sexual e cresceu em um meio onde isso era recorrente, e tinha medo que algo acontecesse com a sua filha.

Ela decidiu não se casar novamente e desenvolver uma atividade econômica por conta própria onde pudesse negociar os seus horários e levar a sua filha. Durante sua trajetória de trabalho Antônia foi empregada doméstica, vendedora, costureira,

fazia cadastro para cartão de crédito em universidades e por último “botava banca”. Dentre todos os trabalhos que desenvolveu, o “botar banca” se tornou o menos penoso para Antônia, uma vez que podia preparar todas as comidas na sua casa e olhar a sua filha com mais tranquilidade.

Outro exemplo é Rita. Ela se casou e em seguida mudou do interior do Ceará para a cidade de Santarém, com toda a família do seu esposo. Porém 4 anos depois ela ficou viúva, aos 22 anos de idade. A família do seu marido não tinha com ajudar ela, por isso, para sustentar os seus três filhos Rita passou a trabalhar como empregada doméstica na casa de vizinhos, enquanto isso as crianças ficavam em casa e “*de vez enquanto*” ela ia lá “*dar uma olhada*” para ver se estava tudo bem.

Segundo ela eu *tive que ficar por aqui mesmo porque a minha mãe me dizia pra não me casar com o meu primeiro marido e eu teimei e me casei, e ainda mudei pra cá. Aí a minha família não ia me aceitar de volta. O pior é que eles me falavam sempre “não vai se mudar pra longe da gente porque se alguma coisa acontecer como você vai se catar?” Eles sempre me diziam isso, mas eu não ouvi, casei e vim com a família do meu marido para cá.*”

Nessa época, Rita trabalhava como doméstica e vendia crochê e aos finais de semana “botava banca”. Depois de um tempo percebeu que conseguia um bom rendimento com a venda de comida, e passou a vender diariamente, deixando os outros empregos. Rita “bota banca” em frente sua casa há 17 anos, ela abre de terça a domingo, na segunda feira ela reserva para descansar. Os pratos vendidos por ela são vatapá, tacacá, bolo, salada de fruta, brigadeiros, sucos e salgados.

À medida que se construiu vínculos entre pesquisadora e interlocutoras, estas passaram a relatar mais situações de violência, principalmente em ambiente de trabalho anterior ao “botar banca”. A condição de fragilidade social em que se encontravam fez com que elas omitissem situações de violência sexual em ambiente de trabalho, a necessidade de manter o emprego e de resguardar a sua honra fizeram com que muitas silenciassem essas situações, enquanto procuravam formas de sobrevivência e saída desses ambientes.

Muitas interlocutoras foram enviadas por seus pais para a cidade a fim de completar os seus estudos enquanto trabalhavam em casa de família na condição de empregadas domésticas. Essas famílias eram mais abastadas financeiramente e possuíam respeito no interior, assim havia constante temor de que surgisse alguma

“fofoca” sobre o comportamento das moças recairia sobre elas e sobre as suas famílias.

As principais queixas dos patrões eram de que as moças eram preguiçosas, namoradeiras ou de que roubavam pequenos pertences. O que os patrões não contavam era das longas jornadas de trabalho às quais essas meninas eram submetidas, os baixos salários que muitas das vezes nem eram pagos em dinheiro, mas sim em roupa (geralmente usada), comida e material escolar. Ocultavam também os assédios sexuais que as jovens sofriam por parte dos homens da família, sejam maridos, filhos ou irmãos de sua patroa. O status de “namoradeira” era uma forma eficaz de constranger e difamar as jovens.

Nesse contexto, o casamento surge como uma forma de dissolver os laços de trabalho, sem levantar suspeitas sobre os motivos que levaram essas mulheres a sair dos empregos anteriores. Um exemplo disso é Alice, que viu como única alternativa o casamento com um senhor 15 anos mais velho, e que lhe assediava desde a infância. O mesmo ocorreu com Maria, que recorreu ao casamento como forma de sair da casa de família onde trabalhava.

Aos poucos os relatos sobre violência passaram a destacar o ambiente familiar. Todas as entrevistadas narraram situações de abuso ou tentativa de abuso sexual e pedofilia dentro do seu grupo familiar, sendo estas vítimas ou próximas a vítima. A violência sexual ou física intrafamiliar ocorre geralmente no sentido padrasto/enteada, tio/sobrinhas e avô/neta, podendo ocorrer de ambas as formas na mesma família.

Acredito que as situações de violência vivenciadas por essas mulheres foram essenciais para que estas optarem por desenvolver atividades econômicas em suas casas. Após os extensos relatos sobre as violências sofridas em ambientes de trabalho compreende-se o porquê o “botar banca” surge como uma atividade econômica viável tanto no sentido de ser rentável quanto de resguardar a mulher e os seus filhos de ambientes onde poderiam estar sujeitos a violências.

Os casos narrados, acerca das violências físicas e sexuais ocorridas dentro do grupo doméstico, me fazem acreditar que as mulheres que “botam banca” o fazem, dentre outras coisas, como forma de evitar violências em trabalhos externos. E ao mesmo tempo, para se resguardar de violência intrafamiliar, elas tecem uma rede de relações sociais com a clientela formada pela vizinhança, parentes, colegas da igreja etc. que pode ser acionada em caso de violência intrafamiliar. Dessa forma a mulher cria um espaço de segurança entre a casa e a rua.

3.2 Alice, Antônia e Susana

Alice nasceu em 1940, no interior de Altamira/PA, filha de seringueiros vindos da região nordeste do País. A mãe de Alice ficou viúva e, depois disso, casou-se mais duas vezes. E ambos os padrastos realizaram tentativas de abuso sexual contra ela.

Por ciúmes, a mãe de Alice batia constantemente na filha. Alice relembra que em certa ocasião, estavam ocorrendo assaltos nas casas da comunidade, e a mãe de Alice, cega pelo ciúme, advertiu-lhe: “*O bandido pode entrar na casa de qualquer outra pessoa, mas se entrar aqui a culpa vai ser sua! E eu vou te bater, para que aprenda a não ser sem vergonha*”. Para a mãe de Alice, a presença de um homem dentro da sua casa, significava que uma das suas filhas estava se relacionando com ele.

Assim o medo do invasor se associava ao medo da agressão. Foi dessa forma que Alice aprendeu a fazer várias armadilhas, que serviriam como um alarme no caso de uma invasão a casa, estas eram feitas com copos de inox, vasilhas, cabos de vassoura. Segundo ela “Eu colocava copos de inox na porta, se alguém tentasse entrar o copo caía e fazia o maior barulho.”.

Observa-se que após a mãe de Alice perceber as investidas sexuais dos seus parceiros contra a sua filha, passou a puni-la fisicamente e exigir ideais de conduta pautados por uma moralidade inacessível para Alice, que na época tinha aproximadamente 10 anos. Alice não podia controlar as tentativas de abuso sexual por parte de seus padrastos, tão pouco tinha forças para defender a sua casa. Com a omissão e violência, a mãe de Alice se tornou coparticipante nas cenas de violência.

Alice mantém um sentimento ambíguo com relação a sua mãe. Ela compreende participação da mãe na violência, contudo, explica que “a gente morava em uma vila na época, ai não existia a opção de largar o marido, só se fosse por outro, mas podiam falar que ela era puta, já falavam”.

Passados alguns anos, Alice e sua família acordaram no meio da noite com um som vindo do telhado, e logo perceberam que eram dois homens destelhando uma parte da casa e pedindo que lhes entregassem Alice⁵, para que pudessem abusar dela. O padrasto de Alice rapidamente utilizou a espingarda e atirou contra os homens, que fugiram.

Aos 12 anos, Alice começou a trabalhar como auxiliar da empregada doméstica, na casa de uns senhores abastados da vila. Por conta da pouca idade ela era encarregada de realizar “pequenos serviços”, como ser garota de recados, cuidar da horta, pegar lenha para o fogão, ir ao mercado comprar itens emergenciais, alimentar os animais no campo, dentre outros. Certa vez, os patrões a chamaram para o mato, perto de onde ficavam os animais, com a desculpa de realizar uma atividade. Chegando lá, eles a despiram e passaram algum tempo olhando para o seu corpo nú, não a molestaram, mas a observavam enquanto xingavam e zombavam. Temendo apanhar de sua mãe, guardou para si a violência sofrida.

Ao completar 14 anos, a sua família migrou para a cidade de Altamira em busca de maior qualidade de vida. Como a família não possuía dinheiro para custear a educação dos filhos, a mãe de Alice a deixou sob os cuidados das freiras, lá ela trabalhava como empregada em troca de poder morar e estudar na escola católica. Dos 14 até os 19 anos, Alice trabalhou no internato limpando, cozinhando e lavando.

As memórias dessa época não são agradáveis para Alice, pois ela vivia sob forte repressão de conduta, apanhava com frequência das freiras e sofria assédio dos padres. Ela relembra que as internas sempre sorteavam quem seria a responsável por limpar a paróquia, pois todas as vezes que uma das jovens entrava sozinha na igreja para organizar o espaço, era atacada por um dos padres. Aos olhos de Alice todos os espaços representavam perigo.

A situação de pobreza em que a família de Alice vivia a tornava muito vulnerável a agressões físicas, morais e sexuais. A saída que Alice encontrou foi o casamento, casou-se aos 19 anos com um senhor 15 anos mais velho, e com ele teve cinco filhos. O casamento não foi motivado por companheirismo ou afeto, e sempre que Alice fala sobre ele é perceptível certo desprezo. O seu primeiro esposo se chamava Luciano, era amigo da família e sempre a assediou, quando ela tinha cerca de 15 anos ele já afirmava que se casaria com ela, e assim aconteceu.

Segundo Alice *“O meu primeiro esposo era um homem bonito, alto, loiro de olhos verdes. Ele sempre vestia branco, eu lembro que ele já tinha até filho quando ele dizia que ia casar comigo, eu sempre pensava que não ia casar com ele de jeito nenhum! Nunca gostei dele!”*.

Em busca de uma vida melhor, novamente Alice e sua família migraram para uma cidade maior, desta vez Santarém/PA. Luciano, esposo de Alice realizou uma viagem para visitar a sua família no Ceará, e acabou falecendo durante o percurso.

A situação de Alice tornou-se ainda mais grave, tanto social quanto financeiramente, pois achava-se viúva e com cinco filhos, longe de sua terra natal. Nesta nova cidade encontrou ainda mais dificuldade em conseguir emprego e amigos, e percebeu que era malvista pela sociedade da época que considerava as mulheres viúvas “perigosas”, ávidas a roubar maridos de outras, ou sempre alertas em busca de homens para lhe proteger e manter.

Apesar de serem vistas como perigosas pelas mulheres da comunidade, essas viúvas eram tidas como *“um alvo fácil”* para os homens mal-intencionados. Estes lhes consideravam desprotegidas, o que de fato o eram. Cláudio, cunhado de Alice, chegou a acompanhar a trajetória dela. Em uma conversa ele afirmou que: *“uma mulher sem homem, e ainda por cima com muitos filhos poderia ser confundida com uma mulher de vida fácil. Esse tipo de mulher, de alguma forma era “de qualquer um”*.

A frase “uma mulher sem homem”, dita por Cláudio pode ser pensada a partir da reflexão feita por Fonseca (2017, p.530) ao analisar inquéritos abertos contra mulheres no Rio Grande do Sul por volta de 1920: “frente a ameaça de agressão masculina, o remédio lógico era outro homem”. Segundo a mesma autora:

“Há evidências de que, no início do século, as circunstâncias não eram as mais seguras. Sem poder contar com a polícia ou outra força externa para impor ordem, cada família teria que acionar as suas próprias estratégias de proteção, garantindo a seus membros um mínimo de segurança contra agressores, ladrões e predadores sexuais. Se nossa hipótese estiver correta, a presença de um homem, de preferência forte e valente, era vista como quase indispensável tanto para afastar malfeitores, quanto para atestar a integridade moral das mulheres” (FONSECA, 2017, p.525).

A citação acima exemplifica o principal motivo que levou Alice a se casar novamente: a segurança. Ela lembra que na época não havia a quem recorrer, e por não ter um homem na família para protegê-la como um pai, marido ou irmão, se tornava um alvo fácil para homens de má índole. Dessa forma, para proteger a si e aos seus filhos, Alice se casou pela segunda vez, e depois pela terceira. À medida que os seus maridos faleciam, ela ficava com menos dinheiro e ainda mais filhos. Estes filhos são um total de 13.

Isso levanta uma questão importante, a saúde da mulher no Brasil. Depois dos seus primeiros 5 filhos, Alice solicitou que fosse realizada a histerectomia, mas constantemente era ridicularizada pelas enfermeiras do serviço público com frases como: *“Você ainda é jovem demais para isso”*. Alice teve complicação em dois dos

seus partos e quase morreu, e mesmo nesses momentos ouvia frases como “*quando estava fazendo o filho você achou bom, e agora está aí chorando*”.

Alice era constantemente criticada pela sua situação econômica e pela quantidade de filhos que possuía. O fato de ter muitos filhos, com pais diferentes fazia de Alice uma mulher de conduta reprovável, e constantemente a associavam a prostituição. Vendo tal situação, a mãe de Alice chegou a dar um dos seus filhos para adoção sem o seu consentimento, até hoje Alice chora por causa disso. E apesar de ter mantido relação conjugal com os seus maridos até a morte, ela não havia sido casada na igreja, fato que colaborava para o pensamento de que ela era imoral.

Alice precisou constituir um casamento para poder se sentir mais segura física, emocional e economicamente, porém com o falecimento dos seus dois maridos ela precisou assumir diversos postos de trabalho como lavadeira, cozinheira e empregada doméstica. O trabalho feminino desenvolvido “fora de casa”, em geral por mulheres pobres, era associado a prostituição e degradação da honra. Tal visão permite uma maior compreensão da fala de Cláudio, sobre a forma que a sociedade da época via Alice.

O estigma de “prostituta” não estava relacionado ao fato dela ser viúva e ter filhos, mas falava sobre Alice ser mulher, pobre e desenvolver atividades econômicas em uma época que isso representava degradação moral. A frase “uma mulher sem homem”, dita por Cláudio poderia ser explicada com a seguinte fala de Fonseca (1997, p.530) “frente a ameaça de agressão masculina, o remédio lógico era outro homem” Segundo a mesma autora:

“Há evidências de que, no início do século, as circunstâncias não eram as mais seguras. Sem poder contar com a polícia ou outra força externa para impor ordem, cada família teria que acionar as suas próprias estratégias de proteção, garantindo a seus membros um mínimo de segurança contra agressores, ladrões e predadores sexuais. Se nossa hipótese estiver correta, a presença de um homem, de preferência forte e valente, era visto como quase indispensável tanto para afastar malfeitores, quanto para atestar a integridade moral das mulheres”. (FONSECA, 1997, p.525)

A fala acima exemplifica os motivos que levaram Alice a se casar. Alice não tinha pai, ele faleceu quando ela era criança, por conta disso a sua mãe casou-se novamente. O convívio com o padrasto e seus familiares colocava-a em uma situação fragilizada, a qual propiciou o sofrimento de diversas tentativas de abuso sexual em casa, com os homens da família. A solução encontrada para cessar as tentativas de abuso em casa, que foi a ida para o internato, onde cresceu também

não foram protetivas, e ela sofreu tentativas de abuso sexual também nesse ambiente, e posteriormente em ambientes de trabalho.

Ela lembra que na época não havia a quem recorrer, e por não ter um homem na família para protegê-la como um pai ou irmão, se tornava um alvo fácil para homens de má índole. Por isso, a saída de Alice foi o casamento. Ao ficar viúva, tratou de casar-se novamente, pois dessa vez, além de si mesma, ainda havia suas filhas que precisam de proteção. Ao mesmo tempo, a cada casamento ela sofria por ter tido uma união com mais de um homem. Segundo Fonseca:

“A mãe sozinha estava, portanto, entre dois fogos: por um lado pressões econômicas e políticas que impunham a necessidade de um (novo) marido; por outro, a condenação pela opinião pública de qualquer mulher que tivesse mais de um homem na vida”. (FONSECA, 1997, p. 525)

Segundo Antônia, a filha mais velha de Alice, a situação de pobreza, trabalho em situações precárias e por não terem um homem responsável por elas, fez com que sua mãe e irmãs fossem vistas como prostitutas, apesar de nunca terem recorrido a prostituição. Antônia conta que o seu irmão, três anos mais velho do que ela, migrou para outro Estado e passou anos sem falar com a família, temendo receber notícia de que sua mãe e irmãs tinham se “desencaminhado”, tornando-se prostitutas.

Em entrevista, ele assume que “levou um susto” ao descobrir que todas estavam casadas e com filhos, e algumas já possuíam curso superior, contrariando todas as previsões e expectativas negativas para com elas. Tanto Alice quanto Antônia revelam que se submeteram a relações de trabalho muito precárias e mal remuneradas, mas que nunca se prostituíram. Apesar disso, a sua condição propiciou o estigma de prostituta.

Compreender os perigos do mundo do trabalho e as situações de precariedade às quais as mulheres são submetidas, permite um panorama dos fatores que influenciam muitas mulheres a desenvolver atividades econômicas nos domicílios. Ao ouvir a enorme quantidade de relatos das minhas interlocutoras sobre violências dentro e fora do ambiente de trabalho, passei a compreender que esse se constitui como um forte motivo para que elas desenvolvam atividades econômicas nos seus domicílios.

Durante todo o tempo em que esteve casada, Alice fez comida para vender em frente à sua casa. Assim ela conseguiu criar os seus filhos, mesmo após o falecimento do seu marido. Dos 13 filhos que Alice teve, restaram apenas 10, pois (2) dois

faleceram e (1) um foi dado para adoção. Atualmente os filhos de Alice possuem estabilidade financeira, cinco chegaram a fazer faculdade e uma fez um curso técnico em enfermagem, os demais filhos são autônomos. Foi “botando banca”, que Alice conseguiu sobreviver e criar os seus filhos em meio a uma sociedade violenta e preconceituosa com as mulheres pobres.

Dentre as comidas que Alice vendia estavam tacacá, vatapá, mungunzá, bolo, pudim e sucos. Além dessas atividades, ela também confeccionava redes, fazia bordados, crochê e “lavava roupa para fora”. Foram cerca de 40 anos desenvolvendo tais atividades econômicas, atualmente são os seus filhos que cuidam dela, Alice precisou parar com as atividades econômicas por conta de problemas de saúde, apesar disso relembra a profecia de sua mãe, de que ela sofreria bastante, mas teria uma velhice tranquila.

A filha mais velha de Alice, se chama Antônia, atualmente tem 57 anos, nasceu em maio de 1960 em Altamira. Antônia acompanhou a sua mãe por boa parte dessa trajetória e lembra que, logo ao mudar para Santarém, sua mãe colocava os filhos para dormir cedo para que não sentissem fome.

Antônia recorda em especial de um episódio, em que a sua mãe pegou os copos mais bonitos que tinha, copos de servir as visitas, colocando-os em cima de uma bandeja serviu os filhos, como se fosse garçoneiro de um restaurante chique. Nos copos, porém, só havia um pouco de pó de achocolatado misturado à água. A forma bem-humorada de Alice, em lidar com a situação de miséria, e desenvolver tantos trabalhos subalternizados e economicamente pouco rentáveis, revela a força e a resistência dessa mulher perante uma sociedade machista e elitista.

A situação de fragilidade socioeconômica em que a família vivia, fez com que Antônia, aos 12 anos começasse a trabalhar como doméstica em casa de família. Nessa época ainda não alcançava as panelas, por isso, para conseguir cozinhar, era necessário subir em um banco de madeira, para alcançar as bocas do fogão a lenha. A má alimentação de Antônia fazia com que ela tivesse desmaios frequentes, assim quando sentia que ia desmaiar, pulava do banco para evitar cair no fogão.

O trabalho como doméstica, apesar de penoso, fez com que ela aperfeiçoasse o ofício de cozinheira, e assim refinou as suas receitas e aprendeu a fazer pratos mais elaborados. Antônia aprendeu muitas receitas enquanto trabalhava como empregada doméstica, mas à medida que crescia e se tornava uma moça bonita, encontrou dificuldade em conseguir trabalho, pois despertava o ciúme das patroas.

Foi dessa forma que ela começou a trabalhar em casa com Alice, fazendo comida e vendendo em frente à sua casa, enquanto procurava novas atividades remuneradas para desempenhar.

Antônia aos 17 anos, conseguiu um trabalho como secretária em um escritório. Todos os dias o patrão mudava o seu turno, obrigando-a a ficar no escritório nos momentos em que os outros funcionários estavam fora. Em tais situações ele a trancava no escritório e tentava abusar sexualmente dela. A aflição de Antônia era grande, pois temia o abuso sexual, mas sabia que não poderia bater ou gritar, pois o seu patrão poderia culpá-la, afirmando que ela estava seduzindo-o, isso reforçaria a imagem familiar negativa que possuía. Além disso, se ela denunciasse o patrão, talvez a má fama (gerada por ser delatora) fizesse com que ela não conseguisse mais emprego em outros estabelecimentos.

A outra opção de Antônia era recorrer ao seu irmão, mas ele poderia matar o abusador, e posteriormente ser preso ou precisar fugir, o que acarretaria grande sofrimento familiar. A saída que Antônia encontrou foi a de correr e se trancar no banheiro, mantê-lo afastado alegando que algum cliente havia marcado horário naquele momento e que estava chegando. A cada dia ela buscava mais saídas para sobreviver às investidas do patrão, quando terminou o mês de trabalho ela pediu demissão.

O medo constante no ambiente de trabalho fez com que Antônia abandonasse o emprego. O trauma sofrido foi tão forte que após esse acontecimento, ela não voltou a trabalhar para outras pessoas. E começou a desenvolver trabalhos de forma autônoma.

Embora não estivesse no ambiente de trabalho, as situações de violência ocorriam nos mais diversos lugares. Assim, Antônia sofreu com diversas tentativas de abuso sexual. As investidas aconteciam quando ela ia até a mercearia para comprar algo, ou quando voltava para casa depois da escola. Nem mesmo o seu ambiente doméstico era seguro, pois certa vez Antônia acordou de madrugada, com um dos seus padrastos tentando agarrá-la.

Ela gritou e contou para a sua mãe, apesar disso Alice não o mandou embora, *“ele era pai das minhas quatro irmãs mais novas, e apesar de tudo ajudava a minha mãe a cuidar da casa, eles trabalhavam dia e noite e ainda assim era tudo muito difícil, se ela largasse ele como ia fazer? E ela também era louca por ele, tinha uma obsessão, sabe? Hoje em dia eu entendo que tinha muita coisa envolvida, antes dele*

falecer eu conversei com ele e perdoei ele, mas demorou muitos anos para eu conseguir fazer isso". (Antônia, 2015).

A tentativa de abuso foi apenas o estopim que deu ponto final a relação de Antônia com o seu padrasto, havia muitas mágoas, Antônia se sentia "órfã", sentia que era a filha da "mulher mal falada" e compreendia a situação de miséria em que vivia. Nesse contexto, o padrasto poderia ter ajudado a família a reconstituir o seu status social, ele poderia ter assumido Alice e todos os seus filhos, mas ao invés disso o padrasto fazia questão em dizer que Antônia e seus irmãos não eram seus filhos, eram apenas filhos da sua esposa. Além disso ele passou a ter má fama por se envolver com prostitutas publicamente, e ingerir muita bebida alcoólica, o que acabava com o pouco dinheiro da família.

Mirian, irmã de Antônia, filha do padrasto em questão, contou que certa vez chegou em casa e o seu pai estava dando algumas de suas roupas para uma prostituta. Ao ser questionado, ele chegou a dizer que se ela quisesse ganhar coisas, deveria se insinuar para os homens do bar, assim como aquela prostituta. Ouvir isso do próprio pai fez com que Mirian guardasse mágoas profundas, pouco tempo depois ela se casou e saiu de casa.

Antônia relembra que as pessoas da época, tanto parentes, quanto vizinhos e amigos, falavam que o destino dela seria o mesmo que o de sua mãe. Apesar de Alice e Antônia nunca terem recorrido a prostituição, a sociedade local acreditava que esse era o destino das mulheres pobres.

O irmão mais velho de Antônia se chama William, ele sentia vergonha da condição social da sua família, além disso considerava mais fácil conseguir um emprego estável mudando para outro local, mudou-se para Venezuela em busca de trabalho. Ele evitava manter contato com a família porque temia que as suas irmãs tivessem caído na prostituição ou se encontrassem em uma situação de estar casada e *"ter um filho de um homem e outro de outro"*. Anos depois ele conversou com a sua mãe por telefone, e ficou feliz e surpreso ao saber que todas as suas irmãs haviam se casado e muitas delas haviam feito faculdade.

Naquela época, por volta de 1950, Alice, mãe de Antônia, precisava constituir um casamento sempre que um dos seus maridos falecia, isso era necessário para que ela garantisse a sua segurança e a das suas filhas. Além disso, havia uma forte pressão social por parte da sua família para que ela arrumasse um marido. E, apesar de possuírem um marido, Alice e sua filha Antônia sempre precisaram assumir

diversos postos de trabalho como lavadeiras, cozinheiras, costureiras e empregadas domésticas para conseguir manter a família.

O trabalho feminino desenvolvido “fora de casa”, em geral por mulheres pobres, era associado a prostituição e degradação da honra. O estigma de “prostituta” não estava relacionado apenas ao fato de Alice ter sido viúva duas vezes e estar com o terceiro marido, mas falava sobre ela e Alice desenvolverem atividades econômicas, em uma época que isso representava degradação moral, falava também da sua condição social de miséria e da ausência de um homem “honrado” que cuidasse delas.

Após a tentativa de abuso por parte do padrasto, Antônia saiu de casa e foi morar com a sua irmã recém-casada em Itaituba. A irmã de Antônia se chamava Susana, eram irmãs por parte de pai, ela era casada com o delegado da cidade, um homem cerca de 20 anos mais velho do que ela, dono de muitos bens e bastante violento. Susana contou que, com poucos anos de casados, ele passou a sofrer com impotência sexual, isso o deixou ainda mais agressivo. Assim, ele começou a chegar em casa bêbado e abusar da esposa física e emocionalmente. Ele gostava de sentir que ela estava em pânico, por isso a acorrentava, batia e ameaçava. Essas coisas faziam com que ele se sentisse poderoso.

Mesmo sem estar bêbado ele batia em Susana, muitas vezes usando o seu cinto. Algumas vezes ameaçava matá-la, então pegava uma arma e tirava todas as balas, depois colocava apenas uma e brincava de “roleta russa” na cabeça de Susana. Susana ficava apavorada, mas sabia que não podia deixar o marido, senão ele a mataria. Antônia também não podia ajudar a irmã a enfrentar o seu esposo, mas cuidava dela da forma que podia, por muitas vezes Susana chorou no colo de Antônia até conseguir pegar no sono.

O delegado era um homem violento e corrupto, ele juntamente com alguns de seus guardas roubavam e matavam pessoas na cidade. João Faustino, morador de Itaituba da época, conta que certa vez, ele estava brincando com um amigo de futebol, na frente de um barzinho, onde os seus pais estavam bebendo e jogando baralho. Então, por uma desavença simples no jogo, o delegado sacou um revólver e atirou no pai do amigo de Faustino, bem na frente dele.

Por ser uma figura temida na cidade, Susana não podia dar queixa de seu marido. E continuou a sofrer estupros, violência física, humilhação e ameaças. As pessoas da cidade não sabiam do que acontecia, ou pelo menos fingiam não saber.

Nos ambientes públicos eles eram considerados um casal bonito e de boa fama. Susana se casou muito jovem e passou muitos anos para aprender a lidar com as situações de violência conjugal, mas aos poucos foi adquirindo técnicas de resistência à dominação do esposo. Segundo ela:

“Eu morria de medo quando via ele chegando bêbado em casa, me tremia inteira, eu era jovem e não sabia das coisas. Um dia percebi que ele não tinha muita coordenação motora quando bebia, vi que ele chorava, fala coisas sem sentido, ficava violento às vezes, mas mesmo assim não tinha a mesma força que ele tem quando não bebe. Menina, quando eu percebi isso, tomei coragem para enfrentar ele! Eu tranquei tudo e não deixei ele entrar, fiquei com medo, mas no dia seguinte vi que ele não fez nada. Aí eu tomei mais coragem, quando ele ficava bêbado e fazia escândalo eu gritava com ele, mandava ele parar. Quando ele tentava alguma relação sexual comigo eu fazia graça e dizia que eu não aguentava mais “dedo” e “língua”. Ele tinha impotência sexual, falar isso era o mesmo que dar um tapa na cara dele. Eu fui aprendendo, sabe? E ele foi recuando. (julho de 2015)

O marido de Susana mandava na casa e nas empregadas. Ele ditava a forma como a casa deveria ser arrumada, como a comida deveria ser feita. À medida que a Susana adquiria confiança para lidar com as relações de poder intrafamiliares, começava a dar ordens para as empregadas. Quando o esposo criticava as suas ordens, ela falava que a casa e as empregadas eram coisas femininas, portanto ela tomava as decisões. A estratégia de demarcar certos espaços como femininos e mostrar que o que ele estava fazendo era do domínio do feminino, feria o sentimento de masculinidade dele profundamente, o que resultava no distanciamento dele dessas atividades.

Estes relatos foram colhidos em um ambiente totalmente informal, onde eu e as duas irmãs conversávamos livremente. À medida em que iam relembando o passado contavam novas situações, a impressão que eu tive foi que a primeira história de violência provocou um turbilhão de lembranças na cabeça das duas irmãs, que relataram diversos casos. Susana relatou uma situação onde dois homens invadiram a sua casa para roubar, nessa época o marido de Susana havia sido preso por corrupção. Ao acionar a polícia e contar sobre o roubo acabaram encontrando as coisas de Susana e viram que um dos bandidos havia pego uma garota e estava levando-a para o mato a fim de estuprá-la. Segundo ela:

“A polícia focou a lanterna e viu o bandido lá com a menina. Ela estava nua, eu a reconheci, sabia que era amiga do meu filho, eles estudavam juntos. Quando o bandido viu a polícia largou a garota e saiu correndo. Então eu peguei ela e levei para minha casa, ela estava em estado choque. Enquanto eu cuidava dela e esperava ela se recuperar, os policiais continuavam na minha casa. Eu já tinha percebido a intenção deles... Então o meu filho chegou e me disse que ouviu eles cochichando que quando fossem levar a garota para casa iam abusar dela no caminho. Quando eu ouvi isso fui até eles, disfarcei, agradei pelo que fizeram e disse que eu fazia questão de levar ela em casa com os meus filhos, até porque a mãe dela era minha comadre, e eu precisava estar lá naquele momento.” Susana (conversa realizada em julho de 2015)

Antônia também narrou um episódio de violência que sofreu por parte da polícia enquanto trabalhava com a venda de diversos produtos, para as pessoas que moravam nas colônias. Nessa época, por volta de 2002, Antônia viajava sozinha pela estrada transamazônica, vendendo roupas, sapatos, brinquedos dentre outros itens, ia nas roças e fazendas oferecendo produtos, às vezes realizava trocas, por leite ou queijo fresco, cacau e frutas da região, porém em uma dessas viagens ela sofreu um grave acidente de carro, um caminhão perdeu o controle e passou por cima do carro de Antônia, ela relembra que o acidente foi tão grave que deram ela como morta, conta também que enquanto estava inconsciente ela gritava *“me tira daqui, não posso morrer, a minha filha pequena está sozinha trancada em casa me esperando”*.

Essa fala de Antônia me emocionou muito. Ser mulher, sozinha, mãe e pobre principalmente nos anos de 1940 a 1970, é lutar contra o mundo e perder dia após dia. Ainda assim, essas mulheres são fortes o suficiente para permanecer na luta diária que é “ser mulher”. Essas histórias não poderiam aparecer na dissertação de outra forma, pois ao narrar tais trajetórias e trazê-las para o espaço acadêmico, sinto que posso, não empoderar essas mulheres, mas revelar o poder que já possuem.

Antônia se casou e teve uma filha, quando esta completou dois anos o seu marido faleceu, ela herdou algumas terras dele, mas foram tomadas por grileiros, muito do seu dinheiro se perdeu e Antônia ficou apenas com a sua casa. Sozinha e com a sua filha pequena ela buscou alternativas de trabalho, tentou abrir uma lojinha de 1,99, mas faliu. Passou alguns anos vendendo comida em frente a sua casa, como forma de cuidar da sua filha e ao mesmo tempo conseguir dinheiro, porém não recebia o suficiente para se manter. Foi dessa forma que ela começou a fazer viagens pela estrada, em glebas, vilas e roças próximo a sua cidade, ela saía de manhã e voltava à noite, enquanto isso a sua filha ficava trancada em casa.

Antônia fazia comida, ligava a televisão e deixava tudo próximo a criança que na época tinha cerca de 10 anos, Antônia recomendava que se algo acontecesse, sua filha deveria chamar a vizinha. No dia do acidente, embora inconsciente, Antônia temia que a criança ficasse sozinha em casa, trancada, com medo e sem saber da sua mãe. Quando foi levada para o hospital, os tios de Antônia foram pegar a criança e ficaram cuidando dela até que a sua mãe se recuperasse.

A recuperação foi difícil, Antônia passou alguns meses na cadeira de rodas, mas após se recuperar completamente procurou a polícia para saber onde estava o seu carro e as suas mercadorias e itens pessoais (celular, bolsa, dinheiro...), tudo o que lhe falavam era que havia sumido. Antônia recorreu à corregedoria e descobriu quais policiais estavam envolvidos no roubo das suas coisas, porém quando estes descobriram, foram até a casa de Antônia e ameaçaram ela e sua filha de morte caso desse continuidade ao processo. Assim, Antônia acabou perdendo todo o seu instrumento de trabalho, além de sofrer com o medo e as sequelas do acidente.

Esse foi um período difícil financeiramente para Antônia, sem ter condições físicas de trabalhar assalariada para outra pessoa, e sem ter como começar um negócio próprio, ela decidiu voltar a “botar banca”. Passou mais de 10 anos “botando banca”, vendia vatapá, tacacá, bolos, pudim, sucos e também, fazia chocolate caseiro para vender.

Apesar de, no futuro constituir uma forma de rendimento para Antônia, a obtenção e transmissão do conhecimento culinário, necessário ao desenvolvimento da atividade aqui chamada de “botar banca”, se deu de forma violenta, apropriando-se do trabalho feminino e infantil. Cabe ressaltar que, a apropriação do trabalho não segue a lógica capitalista, ou seja, não se dá de forma racional, visando apenas a exploração da força de trabalho para obtenção máxima de lucro. Nesse contexto, o trabalho de todos os membros do grupo familiar é necessário para a sobrevivência do grupo. Segundo (NEVES, 1981, p.11):

“Há formas de trabalho infantil fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. (...) A orientação do uso da força de trabalho, nesses casos, não responde diretamente à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. Outros valores referenciais da reprodução social de posições se encontram em jogo, inclusive aqueles que qualificam a relação positiva entre pais e filhos, mestres e aprendizes. Essas formas de uso do *trabalho infantil* acontecem e ultrapassam o sistema de produção capitalista, mas não eliminam necessariamente as condições penosas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança”.

A história de Alice, Antônia e Susana representa as trajetórias de diversas mulheres pobres que nasceram nas décadas de 40 a 60, no interior do Estado do Pará. Estas aprenderam e iniciaram-se no ofício de cozinheira, e passaram a vender comida em bancas em frente às suas casas. Apesar disso, eram mal faladas por desenvolverem atividades econômicas, isso era associado à degradação moral, e a ausência de um homem que as sustentasse.

O ideal social da época era de que a mulher tivesse apenas um homem durante a vida inteira, no caso de Alice que teve três maridos, e filhos com cada um desses, lhe era atribuído o status de prostituta, embora nunca tivesse aderido a esse recurso para manter os seus filhos. No caso de Antônia, que ficou viúva ainda jovem, muitos foram os tabus que precisou enfrentar para fazer as pessoas a respeitarem sem que fosse preciso um homem para protegê-la.

Antônia se tornou uma mulher forte, conseguiu uma arma, treinou tiro, ela nunca precisou atirar em ninguém, mas sabia que a sociedade onde vivia não costumava respeitar as mulheres sozinhas. O “botar banca” para essas mulheres funcionou como meio de sobrevivência financeira, e possibilitou que elas desenvolvessem uma atividade econômica nas suas casas onde podiam zelar pelo crescimento da sua filha enquanto obtinham rendimentos necessários à sobrevivência do grupo familiar.

3.3 Mulheres e a Venda comida no Brasil Colonial: Uma história de Resistência

A relação entre as mulheres e venda de comida no Brasil é antiga, marcada pela violência, e por estratégias de sobrevivência. O período colonial no Brasil ocorreu entre os séculos XVI e XIX. Tratava-se de uma sociedade agrária, escravagista e pautada nos valores patriarcais¹⁴. A base da economia era a produção e exportação de açúcar para o mercado Europeu, as regiões açucareiras eram Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. A sociedade colonial era composta por senhores de engenhos e suas famílias, geralmente de origem europeia; trabalhadores livres, escravos de origem africana e indígenas.

¹⁴ Patriarcal nesse contexto remete a ideia de submissão de todos os membros do grupo doméstico e pessoas que habitam em seu território (como escravos, empregados e famílias sob o seu domínio), ao poder do *Pater*.

No final do século XVII houve o declínio da produção de açúcar e início do ciclo do ouro, sendo que o seu auge ocorreu apenas no século XVIII, considerado a “era de ouro” do Brasil por conta do descobrimento das minas, localizadas principalmente nas capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, nesse período saíam dos portos brasileiros barcos atolados com riquezas destinadas à Coroa Portuguesa. A notícia do ouro provocou grande deslocamento populacional para esses locais, visando postos de trabalho como mineradores.

É nesse contexto histórico que Figueiredo (2017) passa a investigar o cotidiano das mulheres que desempenhavam trabalhos econômicos nas minas ou no seu entorno. De acordo com a mesma autora, dentro das minas trabalhavam mulheres escravas, estas realizavam atividades consideradas mais “leves”, como carregadoras de gamelas de pedras e a lavagem do ouro.

Muito embora existissem mulheres nas minas, seus números não eram expressivos. A grande maioria das brasileiras de famílias pobres ou empobrecidas ocupavam funções “tipicamente femininas” em suas residências ou sob supervisão da família, como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, doceiras, rendeiras e parteiras. As mulheres que pertenciam a elite local não desenvolviam atividades econômicas, tão pouco pertenciam aos espaços públicos, estas ficavam restritas ao espaço da casa.

Apesar do acesso limitado à vida pública, postos de trabalhos e a tentativa de invisibilizar a passagem delas na história, a presença feminina no Brasil colonial é forte, e pode ser observada nas entrelinhas da história. Ao se fazer isso, percebe-se não apenas a subordinação, mas a resistência das mulheres pobres, alforriadas ou escravas e a luta pela ampliação dos espaços de sobrevivência.

Segundo Figueiredo (2017, p144) “*a presença feminina sempre foi destacada no exercício de vilas e cidades do Brasil colonial. Desde os primeiros tempos, em lugares como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo*”. Nesse contexto, o trabalho de venda ambulante, era preponderantemente feminino. Ao refletir as convergências culturais que culminaram na grande presença das mulheres no mercado de gêneros de varejo na região colonial foi resultado de culturais, a autora destaca que:

“A primeira delas está relacionada à influência africana, uma vez que nessas sociedades tradicionais as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. O segundo tipo de influência deriva da transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigentes em Portugal, onde a legislação amparava de maneira incisiva a participação feminina. Às mulheres era reservado o

comércio de “doces, bolos, alféloa, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, mariscos, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obreias, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados”.” (FIGUEIREDO, 2017, p144).

As mulheres alforriadas ou escravas viajavam para vilas distantes, minas, regiões montanhosas ou rios, para fornecer alimentos e abastecer os grupos locais de mineradores. As mulheres simbolizavam um abastecimento para as populações nas minas e aos poucos as vendas tomaram dimensões tão grandes que passaram a incomodar as autoridades locais. Estas mulheres eram chamadas de “negras de tabuleiro” e “infernizaram autoridades de além e aquém-mar” (FIGUEIREDO, 2017, p. 144).

O medo de que os mineradores desviassem o ouro ou gastassem com o consumo de bebidas e comidas fornecidas pelas mulheres vendedoras fez com que elas fossem identificadas como perigosas para a economia local. Conforme Figueiredo (2017) as mulheres ajudavam populações empobrecidas e muitas vezes desviavam o ouro para quilombos. Ainda no início do século XVIII tais atividades comerciais foram proibidas próximo às minerações e o não cumprimento dessas regras geravam punições físicas como açoites em praça pública, detenção e fiança.

Em decorrência disso, o governador Antônio Albuquerque de carvalho emitiu um decreto onde proibia “de irem mulheres com tabuleiros às lavras do ouro com pastéis, bolos, doces, mel, aguardente e mais bebidas” (FIGUEREDO, 2017, p.152) Passados os primeiros 20 anos do séc. XVIII a maior preocupação da corte, com relação às vendedoras, se tornou a degradação moral, uma vez que algumas destas recorriam a prostituição¹⁵ como atividade econômica complementar. Segundo Figueiredo (2017) ao citar o secretário do governo, Manuel Afonso, afirma que:

“Nas mesmas casas (vendas), têm os negros fugidos do seu asilo, porque escondendo-se nelas, se ocultam a seus senhores e, daí dispõem a suas fugidas, recolhendo-se também nas casas, nas mesmas casas, os furtos que fazem, nos quais as mesmas negras são as vezes conselheiras e participantes. Também nas mesmas casas vêm prover-se do necessário os negros salteadores dos quilombos, [...] achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem nas vendas”. (FIGUEREDO, 2017, p.150)

¹⁵ Os autores Gilberto Freire e Caio Prada jr generalizaram e disseminaram pelo Brasil e a capital Portugal, que a prostituição era comum na Colônia, sendo “uma expressão tipicamente feminina da pobreza e miséria social, sendo que a vadiagem e a criminalidade representavam o seu contraponto masculino. (FIGUEIREDO, p, 155)

Enquanto as “negras de tabuleiro” podiam percorrer grandes áreas dentro do território nacional, algumas mulheres atuavam nas minas ou próximo a elas, como empregadas em tabernas e pequenos estabelecimentos. Na intenção de impedir que essas mulheres continuassem a desenvolver o ofício houveram várias tentativas de mobilizar agricultores e fazendeiros para residir próximo às minas, proibiram as mulheres de saírem dos limites das vilas e arraiais, adotaram medidas fiscais para conter a venda de comida, incentivaram a denúncia, além de colocar os capitães do mato e empregados para caçar as negras de tabuleiro que estivessem desempenhando a atividade fora dos limites da cidade.

Muitos eram os motivos utilizados para desarticular os espaços de vendas dessas mulheres, os argumentos econômicos e morais na verdade só encobriam o medo que a corte tinha das relações de sociabilidade que ocorriam naqueles locais, onde muitas vezes as mulheres escondiam e cuidavam dos negros foragidos, assim como abasteciam na medida do possível os quilombos. A intensidade da perseguição, como bem diz Figueiredo (2017, p. 154) “*era um forte indicativo de que o perigo das “negras de tabuleiro” equivalia às rebeliões de escravos*”.

A história das mulheres nas minas, revela a forte atuação econômica das mulheres pobres que viviam no Brasil no século XVIII. As poucas fontes narradas por Figueiredo (2017) demonstram que a relação entre as mulheres e a venda de comida é antiga, de tal modo que era desenvolvida livremente tanto em África quanto em Portugal, antes mesmo do período colonial. No Brasil, a venda de comida por mulheres pobres escravizadas se constituiu como uma forma de resistência, possibilitando a formação de redes de sociabilidade que visavam a preservação de seus iguais.

3.4 Trabalho e Moralidade

Conforme Grossi (1998, p.298) a posição de subordinação feminina, tal como conhecemos, teve início no século XVII, quando as mulheres passam a ser relegadas ao espaço doméstico: família e cuidado dos filhos. O confinamento da mulher aos espaços privados não ocorreu “do dia para a noite, e nem sem um conflito. No entanto, o confinamento das mulheres ao espaço doméstico permitiu e legitimou a violência masculina no âmbito da conjugalidades”.

Ao observar Minas Gerais, século XVIII, Figueiredo (2017) aponta que as relações matrimoniais eram dificultadas por uma enorme burocracia, isso gerava uniões consensuais entre pessoas de camadas populares, tal configuração familiar possibilitava uma divisão de papéis sociais mais livres do que os que ocorriam no casamento cristão.

Os papéis sociais instituídos dentro das relações conjugais populares, não se pautavam na religião, que exigia um comportamento submisso da mulher perante o homem, pelo contrário, por conta da situação de pobreza, era essencial para a sobrevivência do grupo doméstico uma divisão das tarefas cotidianas. Assim, a mulher ficava destinada a desenvolver trabalhos como quitandeiras, cozinheiras, vendedoras, administradoras da casa e ou de armazéns ou tabernas.

O trabalho feminino era vital tanto na relação conjugal, quanto em casos de doença do parceiro, viagens, morte ou abandono. Paralelo a isso, a igreja católica considerava a participação feminina em determinados trabalhos como ultrajante e desafiadores da moral cristã, e representava o perigo de uma inversão dos papéis sociais. Por conta disso, a igreja passou a perseguir as famílias e provocar a sua dissolução sob o pretexto de que viviam em situação de concubinato.

Assim como a relação religiosa interveio na dinâmica econômica das famílias, percebe-se que a relação igreja-família ainda pauta nuances dessas dinâmicas e consequentemente a visão do trabalho feminino frente a visão social. Dessa forma, apesar do contexto descrito falar sobre o Brasil colonial no século XVIII, pode-se observar bastantes similaridades com o que ocorre em 2018 com famílias pobres.

Em Santarém, nos casos observados, ainda existe uma forte cristalização de pensamento no que se concerne a distribuição de papéis femininos e masculinos. Embora haja a tentativa das famílias em atender ao máximo a esse ideal socialmente construído, a sua aplicação se torna inviável no contexto de pobreza em que estão inseridos, por conta disso homens, mulheres e crianças se ajudam mutuamente na realização de tarefas econômicas a fim de complementar o seu rendimento.

Assim, a fala de Figueiredo, apesar de se referir ao século XVIII continua atual e descreve o caso das famílias em análise, para ela *“ao que tudo indica, entre as camadas empobrecidas, a divisão dos papéis obedeceu muito mais às necessidades econômicas que qualquer preconceito sexual na distribuição de tarefas”*. (FIGUEIREDO, 2014, p. 179)

Um caso interessante que pude observar foi o do seu Carlos, ele é casado a 47 anos com Maria Antônia, 67 anos, ela nasceu no interior de Santarém, estudou até a quarta série. O casal possui 3 filhos e 3 filhas, com idades entre 36 e 46 anos. Maria Antônia coloca banca há mais de 30 anos, e além dessa atividade ela e o marido também vendem pato e pata, cartelas de prêmios, produtos por catálogos e coroas de flores funerárias.

Carlos trabalhou até se aposentar em uma empresa de manutenção de cabos de energia elétrica, por conta disso passava bastante tempo em viagens e deixava Maria Antônia administrando a família tanto educacionalmente quanto financeiramente, pois ele, ao receber seu salário, o enviava todo para ela. Apesar do dinheiro que o marido lhe mandava, o grupo familiar era demasiado amplo com os 6 filhos pequenos em idade escolar e a mãe de Antônia, que morava com ela nesse tempo. Por isso o filho mais velho do casal iniciou uma atividade econômica aos 8 anos, ajudando um vizinho a vender frutas e verduras. Os demais filhos também realizaram diversas tarefas para contribuir financeiramente com a família.

Maria Antônia foi a “chefe” da família durante longos anos, ela possui uma postura de autoridade, geralmente é séria, de personalidade forte, fala alto, e ela quem dá as ordens aos filhos e netos. Por outro lado, seu Carlos é calmo e gosta de conversar, ele explicou que a sua esposa assumiu a administração familiar enquanto ele trabalhava fora, como isso durou muitos anos e ela precisou adquirir uma postura autoritária e firme, como forma de se impor nas relações sociais da época. Segundo ele: *“naquele tempo homem não fazia negócio com mulher não, só fazia negócio com outro homem. A mulher era de um homem então se o homem mudasse de ideia? Como ia ficar? Ela não ia ter como manter o que disse. Aí faziam negócio logo com quem mandava pra depois não dar problema. Antigamente tinha muito isso, da palavra do homem, o meu pai dizia que a palavra de um homem não podia voltar atrás, era uma coisa certa.”*

Carlos segue falando que: *“A Antônia se viu numa situação difícil quando eu fui embora trabalhar, porque ela precisou ficar em casa e resolver tudo, criar os meninos, era difícil. Ela tinha que se fazer de forte, falar firme mesmo senão quem ia respeitar ela?”*. Atualmente Cláudio é aposentado, ele “ajuda” a esposa a fazer as comidas da banca, quando indagado sobre a sua participação na banca fiquei surpresa ao saber que ele fazia os salgados, fazia bolo, ia no mercado comprar as coisas, fazia as empadas, ficava perto da banca com Maria Antônia, quando pagavam, ele que recebia

e guardava o dinheiro, para que não tentassem roubar dela, “*eu sou o segurança da banca*”, afirmou ele.

Além disso, quando chega próximo ao dia dos finados intensifica-se a produção de coroas de flores, esta é desenvolvida por seu Cláudio, que às vezes conta com o auxílio de seu filho e neto. A coroa é formada por flores de EVA, um material emborrachado. Carlos faz cada uma das flores e por fim monta a coroa, ele mesmo escolhe as cores e modelos e diz gostar de desenvolver essa atividade, apesar de alguns amigos “brincarem” com ele usando frases como “*Carlos, Carlos... depois de velho vai virar viado é?*”. Os comentários e piadas decorrem da associação de que o trabalho artesanal deve ser desenvolvido por mulheres. Em Santarém é comum falar “verdades” em tom de brincadeira ou piada, apesar disso Carlos não sente vergonha, pelo contrário, ele faz as flores na calçada, perto da banca, lá a família se reúne e assiste televisão e conversam com os clientes da banca.

Figura 15 - Homens e a produção de coroas funerárias



Fonte: Autora, 2017

Na foto acima é possível observar seu Carlos no centro, e ao lado o seu filho e neto, nas caixas estavam algumas pétalas de EVA para a produção das flores, enquanto isso, o filho segura com orgulho uma das coroas produzidas por eles. A demanda pelas coroas de flores na época dos finados é alta, Carlos conta que às vezes não “dá conta” de fazer todas as encomendas, mesmo quando os filhos o ajudam, apesar de ser um trabalho cansativo, é o período em que entra mais dinheiro na família, pois além da banca, da venda de patos, da venda de produtos por catálogo e da venda de cartelas de sorteio, ainda entra o dinheiro das coroas de flores.

A família de Carlos e Maria Antônia desempenha diversas atividades econômicas no domicílio e ao mesmo tempo, eles se ajudam em múltiplas tarefas sem se preocupar em nomeá-las ou classificá-las seguindo uma divisão sexual do trabalho. Próximo a banca, fora de casa, é colocada uma televisão, a família e os clientes assistem e conversam a noite inteira, mas ao iniciar o programa da missa o local torna-se silencioso, sob pena de levar um cascudo de dona Antônia, que considera falta de respeito não prestar atenção no sermão, e a lei do silêncio durante a missa se estende a todos, inclusive aos clientes, que podem ser expulsos caso atrapalhem dona Antônia.

Segundo D’Incao (1997) no século XIX surgiram as primeiras cidades no Brasil, estas ainda tinham características rurais. Além disso, não havia regras sobre a ocupação do espaço, o que fazia das ruas extensão das casas. À medida em que ocorria o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa, tais limites ficaram mais definidos e algumas atividades econômicas foram transferidas do centro para a periferia. Aos poucos as antigas formas de uso dos espaços foram abandonadas ou ajustadas, e estabeleceram-se comportamentos considerados adequados para o espaço da rua e da casa. Segundo D’Incao (1997, p.226) “Com a aquisição de um novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa”.

O período de modernização possibilitou que as mulheres de famílias burguesas frequentassem espaços públicos como bailes, jantares e eventos culturais. Estas mulheres, que antes sofriam com a constante vigilância dos pais, passaram a ter esses laços afrouxados, pois passaram a sofrer uma vigilância social, além da autovigilância. Os bailes permitiam às mulheres demonstrarem o seu comportamento impecável, o que gerava prestígio social para a família. Dentre os aspectos mais

elogiados da mulher burguesa do século XIX estava a sua característica de mãe e esposa dedicada. D'Incao (1997) afirma que:

“Os cuidados e a supervisão da mãe passaram a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos, e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou” estranhos” “moleques da rua” (D'INCAO, 1997, p.229).

Apesar da valorização da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa, as mulheres pobres já desempenhavam diversos trabalhos como alternativa para sobrevivência. Dentre as atividades mais comuns, desempenhadas pelas mulheres pobres estavam a costura, bordado, amas, lavadeiras, cozinheiras estas também desempenhavam trabalhos pesados, algumas nas minas, outras na lavoura e limpeza da terra. Dessa forma, as rígidas regras de moralidade impostas a sociedade da época não refletiam a realidade social das camadas mais pobres.

“A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada da sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”.” (FONSECA,1997, p.516)

Segundo a mesma autora, as mulheres que desenvolviam trabalhos caseiros como lavadeiras e empregadas domésticas, sofriam “menos perigo moral” do que as operárias que trabalhavam nas indústrias. Porém, mesmo essas eram tidas como mães relapsas. O padrão de moralidade oficial ditava que as mulheres deveriam ser boas esposas, mães e donas de casa, enquanto os homens deveriam assegurar o sustento da família trabalhando fora de casa.

Fonseca (1997) revela que tal pensamento não expressava a realidade da época e que bastava uma pequena aproximação para perceber que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. Para a mesma autora: “Tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhados nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar distinções entre burgueses e os pobres” (FONSECA,1997, p. 517).

Com o início da indústria no Brasil, as mulheres e crianças passaram a ocupar os postos de trabalho subalternizados nas fábricas. Segundo Rago (1997, p. 582), em 1872, as mulheres e crianças constituíam 76% da força de trabalho nas manufaturas, sobretudo na área têxtil, estas eram em sua maioria imigrantes européias. Fonseca (1997, p.518) afirma que de forma geral, as mulheres que trabalhavam eram mal remuneradas, e ganhavam o mínimo para o seu sustento. “Os empregadores preferiam as mulheres e crianças porque estes custavam cerca de 30% menos”.

Na divisão do trabalho dentro das fábricas, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e pouco remuneradas. Assim os homens ocupavam uma condição de chefia em cargos de direção e supervisão. Em tal situação, as mulheres eram constantemente expostas a assédio sexual por parte de seus patrões e supervisores. RAGO (1997, p. 584) menciona a fala da operária Luiza Ferreira de Medeiros, sobre o cotidiano das mulheres nas fábricas no subúrbio do Rio de Janeiro, durante o final da primeira guerra mundial:

"mestre Claudio fechava as moças no escritório, para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha, chegava a aplicar punições de dez a quinze dias pelas menores faltas e até sem faltas, para forçar as moças a ceder aos seus intentos. As moças que faziam parte do sindicato eram vistas como meretrizes, ou pior que isso: eram repugnantes". (RAGO, 1997, p. 584)

Na citação acima pode-se perceber as constantes violências sofridas pelas operárias dentro das fábricas. Além das longas jornadas de trabalho, baixos salários, péssimas condições de trabalho, as mulheres ainda eram frequentemente vítimas de assédio sexual. Nesse mesmo contexto, a mulher negra teve a sua condição quase que inalterada após a abolição da escravidão, pois continuou a ocupar os mais baixos postos de trabalho, como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas (RAGO, 1997, p. 587).

As mulheres atuavam nas fábricas e, também assumiam diversos postos de trabalho em outros segmentos da sociedade, embora marginalizados. Assim, como estas mulheres, que ocupavam trabalhos no ambiente público, foram paulatinamente destinadas ao espaço privado do ambiente familiar?

Nessa época já existia a mentalidade de que o espaço público era destinado aos homens, enquanto à mulher estaria reservado o domínio do privado, do cuidado

familiar. A constante associação entre o trabalho “fora de casa” e a sexualidade, fez com que se estabelecesse o pensamento de que o mundo do trabalho ameaçava a honra feminina. Segundo Rago (1997, p. 582), para diversos especialistas da época, as mulheres eram “indefesas” e não deveriam se submeter a ambientes como as fábricas, que eram vistas como um “bordel” ou “antro de perdição”.

Nessa época se intensificou a ideia de que o trabalho feminino criaria “famílias desestruturadas” ou que levaria as mulheres a um desinteresse em se casar e ter filhos. Assim tornou-se necessário repensar o lugar das mulheres na sociedade, “justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho” (RAGO, 1997, p. 585). Segundo a mesma autora:

“Para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria a desagregação da família. De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? (RAGO, 1997, p. 588).

Esses questionamentos levaram a rígidas delimitações de códigos de moralidade para mulheres em todas as classes sociais. Segundo RAGO (1997, p. 589) diversos trabalhos femininos como costureiras, domésticas, lavadeiras dentre outros, eram “estigmatizadas e associadas a perdição moral, de degradação e de prostituição”. Tal conhecimento histórico permite uma compreensão mais aprofundada da trajetória de Alice, contada anteriormente, que apesar de ter ocorrido em outro contexto, compartilhava do forte padrão de moralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o trabalho com as vendedoras de comida em bairros periféricos da área da Grande Prainha em Santarém/Pa, tinha por objetivo analisar as relações sociais que constituem e ao mesmo tempo perpassam a atividade de “econômica em análise”. O termo “botar banca” surgiu de conversas com as interlocutoras, e reflete a dupla relação que a venda de comida proporciona a elas, primeiramente de venda de comida e em segundo lugar a oportunidade de se impor nas múltiplas relações que desenvolvem.

A narração das trajetórias das interlocutoras levantou questões acerca da segurança da mulher nos ambientes de trabalho. O medo e as situações de constrangimento as quais as mulheres ainda são submetidas é uma das causas que levam as mulheres entrevistadas a desenvolver atividades no seu domicílio, local de relativa segurança.

A violência institucionalizada e socialmente difundida também contribui para que algumas mulheres constituam uma relação conjugal na esperança de alcançar uma condição estável e segura. Além disso, o medo contribui para que as mães não confiem os seus filhos aos cuidados de babás, creches, vizinhos ou parentes que não sejam as avós.

A cidade de Santarém ainda possui muitas características tradicionais, é cercada por um padrão de moralidade cristão onde a mulher deve ser submissa, boa mãe, esposa e dona de casa. Esse padrão foi socialmente imposto ainda no Brasil colonial pelas camadas elitistas da sociedade, porém como muito se falou nessa dissertação, o padrão era inalcançável pelas camadas sociais mais pobres.

Enquanto a ideia socialmente difundida no século XVIII era a de que o trabalho maculava a moral da mulher, feria a honra cristã e trazia degradação familiar, as mulheres pobres, tanto livres, quanto escravas ou estrangeiras viam no trabalho uma possibilidade de sobrevivência, muito embora sofressem o pejo da mulher pública.

A história da mulher e o trabalho no Brasil é uma história de subalternização e violência, mas também de resistência e estratégias. Um exemplo disso é o das negras de tabuleiro, que com uma atividade econômica aparentemente simples como

a venda de comida e bebida, circulavam por diversos espaços levando e trazendo mantimentos para os negros foragidos e os quilombos. Confesso que senti orgulho ao ler que elas “infernizavam as autoridades aquém e além-mar”, e apesar dos enormes esforços, fracassavam ao detê-las.

Já no caso das mulheres que “botam banca” em Santarém, a resistência e estratégia à dominação masculina e social parece inexistente, mas basta uma pequena aproximação para poder compreender que elas são agentes, possuem redes complexas de relação e ajuda, exercem controle sobre os seus maridos e familiares embora não seja com gritos ou discussões, elas fazem frente de forma calma, planejada e eficaz.

No que se concerne ao aprendizado do ofício, as mulheres entrevistadas aprenderam por volta dos 10 anos de idade, quando desenvolviam atividades domésticas ou apenas observavam as suas mães. O conhecimento adquirido permitiu a essas mulheres a oportunidade de ter uma atividade econômica, totalmente gerida por elas, onde elas controlam os dias e horários em que vão “botar banca”. Botar banca é uma forma de trabalho remunerado feminino aceito nos bairros pobres de Santarém.

As esferas do econômico e do familiar são permeáveis de modo que essas mulheres podem gerir a família e a atividade econômica, e assim acompanhar o desenvolvimento dos filhos e netos. Além disso, com o rendimento obtido, essas mulheres conseguem custear pequenas despesas para si, seus filhos e demais familiares, e quando economizam dinheiro, conseguem fazer reformas na casa, comprar utensílios domésticos ou aplicar na melhora do local da banca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís Wendel. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?. Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-231007-141151/>, acesso em: 15 jun. 2013

ARTESOL. Disponível em: <http://pontosolidario.org.br/modos-de-fazer-cuias-no-baixo-amazonas/> Acesso em 17 de dez. de 2015.

APPADURAI, ARJUN. A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

AQUINO, Soraya Farias. Mulher e trabalho informal. Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amazonas: Manaus 2010.

ARAÚJO, Angela; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 452- 477, 2013.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 43, p. 422-451, 2013.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, 2012.

BOURDIEU, O senso de honra. In CORREA, Mariza; SILVA, Márcio. Ensaio sobre a África do Norte. Campinas: Coleção Textos Didáticos, n. 46. Campinas SP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Il senso pratico*. Armando Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre et al. *O poder simbólico*. 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2012

BRUSCHINI, Maria Cristina A. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Revista Estudos Feministas. Publicação semestral – CIEC – Escola de comunicação UFRJ. Número especial. Out/1994.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, 2004.

CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. Gênero e geração em contextos rurais. Editora Mulheres: santa Catarina, 2010.

DA COSTA, Tony Leão. Carimbó e Brega: Indústria Cultural e Tradição na música popular do norte do Brasil. 2011.

CHAYANOV, Alexander. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena. "A questão agrária". Editora Brasiliene, São Paulo, 1981.

DA MATTA, Roberto. "A casa & a rua". Rio de Janeiro, 5 edição, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. História das mulheres no Brasil, v. 9, p. 223-240, 1997.

DORNELES, Darlan Machado; DO NASCIMENTO CHAVES, Lindinalva Messias. Breve glossário do tacacá. Revista Philologus, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014
DE OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes; VELA, Hugo Aníbal Gonzalez. Escolhas alimentares, decisões culturais: a mulher define o que vai pra mesa. 2008.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. História das mulheres no Brasil, v. 10, 2004.

FERREIRA, Verônica. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Beatriz; FERREIRA, Verônica (orgs.). *Mulher e trabalho*. Recife: SOS corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, 2005.

FGV. Dicionário de ciências Sociais. Editora Getulio vargas: Rio de Janeiro, 1987
FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre 2000, p. 7-51.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. História das mulheres no Brasil, v. 9, p. 510-553, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. História das mulheres no Brasil, v. 9, p. 141-188, 2002.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena at al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: Articulações possíveis. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014 .

GUIMARÃES, Nadya; GEORGES, Isabel. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cadernos Pagu*, 32, 2009, p.83-134.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena at al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena at al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: COSTA, A.; SORJ, B.;

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena at al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

NEVES, Magda. Anotações sobre Trabalho e Gênero. *Cadernos de Pesquisa* v.43 n.149, 2013, p.404-421. SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, Dominação e Resistência*. 2ªEd. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. *História das mulheres no Brasil*, v. 7, p. 278-321, 1997.

GARCIA Jr, Alfrânio Raul. *O Sul: Caminho do Roçado*. Editora Marco Zero. São Paulo, 1990.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia/ tradução Sandra Regina* 4 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005

GODELIER, Maurice. "Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro." *Tempo Brasileiro* (1969).

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. Editora Martins fontes: São Paulo 2009.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, p. 67-75, 2009.

LATOUR, Bruno. *Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)*. Cadernos de Campo: São Paulo, 1991.
LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 1994.

MELLÃO, Renata; IMBROISI, Renato. *Que Chita Bacana*. São Paulo: A Casa, 2005

ROCHA, Maria Diaz; QUEIROZ, Mônica. *O significado da cor na estampa do tecido popular: a chita como estudo de caso*. Anais Colóquio de Moda, 2010.

NEVES, Delma P. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana*. Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

_____. *Mulheres e mercado de trabalho: Aflições e conquistas. Mulheres em Santarém: Alternativa de vida (vol.I)*. Editora alternativa. Niterói, 2014.

_____. *A perversão do trabalho infantil*. Intertexto: Niterói, 1999

RAGO, Magareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: *História das mulheres no Brasil*. 2001. p. 578-606.

REIS, Marla. *Relatório de Pesquisa de Iniciação científica*. Ufopa: Santarém, 2013

REIS, Marla. *Mulheres e a venda de comida em bairros periféricos de Santarém/Pa*. Ufopa, Santarém, 2016.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, Heloísa e SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-48.

PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-74.

- SCOTT, Parry. Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades. Editora Universitária UFPE: Recife, 2011. P.135-182.
- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. Gênero e geração em contextos rurais. Editora Mulheres: santa Catarina, 2010.
- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion T. A diversidade no Ibura: Gênero, Geração e saúde num bairro popular do Recife. Editora Universitária UFPE: Recife, 2009.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16 n.2, jul/dez 1990
- SENA, Ana Laura. O trabalho informal nas rua/s e praças de Belém: um estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Belém: NAEA, 2002.
- SENNETT, Richard, and Emile Zola. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- YANNOULAS, Silvia. Introdução: sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: Yannoulas, Silvia. (Org.). *Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações*. 1ed. Brasília: Abaré, 2013.
- ZATTAR, Neuza. CALÇADAS: ESPAÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS?. ISSN 1519-4906, p. 73, 2009.
- WEBER, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 151-182, 2002.
- WILLIAMS, Christine L. The Glass Escalator, Revisited: gender inequality in neoliberal times, SWS Feminist Lecturer. *Gender & Society*, vol. 27, no. 5, October 2013, p. 609-629.